



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LUCIANA CASAGRANDE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA, DE GETÚLIO À
PANDEMIA (1940 A 2020).

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

2021



LUCIANA CASAGRANDE

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA, DE GETÚLIO À
PANDEMIA (1940 A 2020).**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Administração Pública da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Administração Pública.

Professor Orientador: Fernando Filardi.

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

2021

Casagrande, Luciana

C POLÍTIAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA
LITERATURA, DE GETÚLIO À PANDEMIA (1940 A 2020). /
Luciana Casagrande. -- Rio de Janeiro, 2021.

1

Orientador: Fernando Filardi.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em Administração Pública, 2021.

1. políticas públicas. 2. emprego. 3. renda . 4.
covid-19. I. Filardi, Fernando, orient. II. Título.

LUCIANA CASAGRANDE

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA E BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA, DE GETÚLIO À
PANDEMIA (1940 A 2020).**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em
Administração Pública da Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em
Administração Pública

Aprovado em: ____ de ____ de ____.

Banca examinadora:

Prof. Ph. D. Luís Fernando Filardi (Orientador)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. M.Sc. Julio Cesar Silva Macedo (membro interno)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. M.Sc. Rossandro Ramos (membro interno)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

AGRADECIMENTOS

A Deus, Jeová, Olodumare, Alá, Adonai, Krishna...essa força indescritível que me sustentou até aqui.

Às ciências e aos cientistas, eternos estudiosos e sonhadores que trilharam suas vidas acreditando num futuro diferente para todos nós através do saber e da pesquisa, transformando vidas, salvando vidas, inclusive a minha.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que me recebeu, acolheu, desafiou e hoje me gradua.

Aos Mestres das humanas, das exatas e da vida que me fizeram ser quem eu sou.

CASAGRANDE, Luciana de Oliveira. **Políticas Públicas De Trabalho, Emprego e Renda: Uma Revisão Sistemática e Bibliométrica Da Literatura De Getúlio À Pandemia (1940 A 2020)**. 2021. 56 fl. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração Pública) - Centro De Ciências Jurídicas E Políticas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RESUMO

Este estudo trata da análise da produção científica relacionada à temática das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, sobretudo em momentos de crise, adotadas pelos mais diversos governos brasileiros, desde a Era Vargas, na década de 40, até o período contemporâneo, 2020. O objetivo foi analisar o conteúdo das publicações existentes nos último cinco anos completos (2016 a 2020) sobre a matéria proposta, visando contribuir de alguma forma com os gestores de políticas e empresas públicas - os "Policy Makers", chefes de Estado e Poder Executivo que poderão se valer das conclusões e indicações deste estudo nas suas tomadas de decisões futuras. Espera-se, ainda, que o presente estudo contribua com pesquisadores que mantenham identidade com a temática aqui apresentada, visando o aprofundamento futuro da pesquisa, bem como a realização de testes empíricos, dada a relevância dos aspectos abordados e a lacuna bibliográfica encontrada. A revisão literária realizada possibilitou revisitar a história com foco nas políticas públicas governamentais adotadas em cada período para as respectivas necessidades de cada época. Foi possível investigar o enfrentamento das questões, os obstáculos encontrados e os resultados obtidos. Os estudos que antecederam esta pesquisa, selecionados em bibliotecas eletrônicas, oportunizaram a elaboração de uma análise bibliométrica que evidencia a importância do tema, a lacuna existente para vários questionamentos pertinentes, bem como o impacto negativo futuro que a ausência de respostas mais aprofundadas poderá gerar sobre questões sociais de alta relevância. Dentre o que foi possível ser averiguado quanto à contemporaneidade, uma vez que ainda estamos vivenciando a última grande crise global, os dados obtidos oportunizam a crença no surgimento de muitos novos objetos de estudo relacionados à presente pesquisa como, por exemplo, a visualização e reconhecimento da existência, por parte do poder público, de grupos de pessoas nunca antes enxergadas, tampouco assistidas, pelas políticas públicas existentes até então. Visualização e reconhecimento que só ocorreram em razão da necessidade emergencial da adoção de medidas de contingência econômica decorrente de níveis históricos de desempregabilidade e absoluta ausência de renda, decorrentes da pandemia mundial que se instalou a partir do no de 2019.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Emprego. Economia. Covid-19.

CASAGRANDE, Luciana de Oliveira. **Public Policies on Work, Employment and Income: A Systematic and Bibliometric Review From the Literature From Getúlio to the Pandemic (1940 to 2020)**. 2021. 56 page. Completion of course work. (Graduation in Public Administration) - Center for Legal and Political Sciences, Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ABSTRACT

This study deals with the analysis of scientific production related to the theme of public policies on work, employment and income, especially in times of crisis, adopted by the most diverse Brazilian governments, from the Vargas era, in the 1940s, to the contemporary period, 2020. The objective was to analyze the content of publications in the last five full years (2016 to 2020) on the proposed subject, aiming to contribute in some way to policy managers and public companies - the "Policy Makers", heads of state and executive branch who can use the conclusions and indications of this study in their future decision-making. It is also expected that this study will contribute to researchers who maintain an identity with the theme presented here, aiming at furthering the research in the future, as well as carrying out empirical tests, given the relevance of the aspects addressed and the bibliographical gap found. The literary review carried out made it possible to revisit history with a focus on government public policies adopted in each period for the respective needs of each period. It was possible to investigate how the issues were faced, the obstacles encountered and the results obtained. The studies that preceded this research, selected from electronic libraries, provided the opportunity for the preparation of a bibliometric analysis that highlights the importance of the topic, the existing gap for several pertinent questions, as well as the future negative impact that the absence of more in-depth answers may generate on highly relevant social issues. Among what was possible to be ascertained regarding contemporaneity, since we are still experiencing the last major global crisis, the data obtained provide opportunities for the belief in the emergence of many new objects of study related to this research, such as visualization and recognition of the existence, on the part of the public power, of groups of people never seen before, nor assisted, by the public policies existing until then. Visualization and recognition that only occurred due to the emergency need to adopt economic contingency measures resulting from historical levels of unemployment and absolute lack of income, resulting from the global pandemic that took place as of 2019.

Keywords: Public Policies. Job. Economy. Covid-19.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Divisão do mercado de trabalho adotada pelo IBGE.....	31
Gráfico 01. Taxa de Desocupados Ano 2019/2020.....	32
Gráfico 02. Taxa de Subutilizados Ano 2019/2020.....	32
Gráfico 03. Taxa de Subocupados Ano 2019/2020.....	32
Gráfico 04. Taxa de Desalentados Ano 2019/2020.....	32
Gráfico 05. Taxa de Trabalhadores com Carteira Assinada Ano 2019/2020.....	33
Gráfico 06. Taxa de Trabalhadores por Conta Própria Ano 2019/2020.....	33
Figura 02. Distribuição de Pessoas Desocupadas por Idade no 3º Trimestre de 2020.....	34
Figura 03. Distribuição percentual de pessoas desocupadas por sexo, 3º trimestre 2020.....	35
Figura 04. Taxa Histórica de Desocupação, 1º trimestre de 2012 a 3º trimestre de 2020.....	35
Figura 05. Taxa Histórica de Rendimento Médio, 1º trimestre de 2012 a 3º trimestre de 2020.....	36
Figura 06. Taxa Histórica de Desocupação por Idade, 1º trimestre de 2012 a 3º trimestre de 2020.....	37
Gráfico 07. Gráfico anual quantitativo de publicações com alguma identificação temática com relação ao objeto de estudo do presente trabalho localizadas na biblioteca eletrônica Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL).....	42
Gráfico 08. Gráfico anual quantitativo de publicações com alguma identificação temática com relação ao objeto de estudo do presente trabalho localizadas na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO).....	43
Gráfico 09. Gráfico anual quantitativo de publicações com alguma identificação temática com relação ao objeto de estudo do presente trabalho localizadas no Portal de Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).....	44
Gráfico 10. Gráfico quantitativo total de publicações nos últimos cinco anos com identificação temática ao objeto de estudo do presente trabalho.....	45
Gráfico 11. Gráfico quantitativo total de publicações anuais nos últimos cinco anos com identificação temática ao objeto de estudo do presente trabalho.....	46

Gráfico 12. Gráfico demonstrativo do veículo com maior quantidade de publicações de artigos científicos nos últimos cinco anos (2016 a 2020) ligados à temática objeto do presente estudo.....	47
Gráfico 13. Gráfico ilustrativo do quantitativo de publicações por áreas do conhecimento, dentre os veículos pesquisados, com identificação temática ao objeto de de estudo do presente trabalho, referentes aos últimos cinco anos completos (2016/2020).....	48

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Portal de Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COVID-19	Coronavírus
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EC	Emenda Constitucional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MP	Medida Provisória
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPE	Programa de Proteção do Emprego
PROGER	Programas de Geração de Emprego e Renda, Qualificação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPELL	Scientific Periodicals Electronic Library
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 Políticas Públicas, Políticas Públicas de Mercado de trabalho e Políticas Públicas de Emprego.....	15
2.2 A Evolução das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda no Brasil.....	16
2.3 A estrutura governamental responsável por gerir a temática: trabalho, emprego e renda no Brasil, no ano de 2020.....	19
2.4 Políticas Públicas contemporâneas de promoção na geração de trabalho, emprego e renda.....	20
2.5 Obstáculos contemporâneos enfrentados pelas Política Públicas na promoção do trabalho, emprego e renda.....	26
2.6 A Pandemia e o Desemprego no Brasil.....	27
2.7 Resultados contemporâneos da implementação das atuais políticas públicas na gerração de trabalho, emprego e renda.....	28
3 METODOLOGIA	38
3.1 Caracterização da pesquisa.....	38
3.2 Coleta de dados e delineamento da pesquisa.....	38
3.3 Métodos de obtenção dos dados.....	39
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	49
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Diversas crises ao longo da história afetaram o sistema econômico, as principais eram as guerras. Contudo, a recente crise teve origem não nos conflitos armados, mas em uma conjuntura sanitária global. A história nos traz exemplos de outras pandemias como a de Gripe Espanhola (1918-1920), a Gripe Asiática (1957-1958), a Gripe de Hong Kong (1968-1969), a Gripe Russa (1977-1978), a Gripe Aviária (2003-2004) e a Gripe A (2009). A última grande crise que permeia o presente estudo surgiu em dezembro de 2019, na República Popular da China. Lá foi identificado o vírus Sars-cov-2, popularmente chamado de Coronavírus ou Covid-19. A doença passou a ser declarada pelos órgãos internacionais competentes como pandêmica no final do ano de 2019, já o Brasil teve o primeiro caso registrado em fevereiro de 2020, a partir de então, os impactos nas áreas da saúde, social e econômica se alastraram.

Os obstáculos encontrados para implementação de algumas políticas, a análise sobre a centralidade do trabalho, emprego e renda na sociedade; as mudanças nas formas de trabalho, emprego e geração de renda a partir da reorganização contemporânea; bem como os impactos que as políticas públicas nesse campo estão gerando sobre o setor constituem-se eixo principal deste trabalho.

Inicialmente é preciso definir que políticas de trabalho, emprego e renda abrangem as políticas de apoio ao desempregado como, por exemplo, o seguro-desemprego e o abono salarial; as políticas de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra; as políticas de microcrédito; as políticas voltadas para a economia popular solidária; as políticas de incentivo ao primeiro emprego; a produção de informações sobre o mercado de trabalho; o apoio à geração de emprego e de renda, e a fiscalização do trabalho, que prioriza o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

É neste contexto que o presente estudo pretendia responder a seguinte questão: Como se deu a evolução histórica das ações governamentais praticadas na área do trabalho, emprego e renda, de 1940 a 2020?

Para realizar esta análise buscou-se investigar a evolução histórica das ações governamentais praticadas na área do trabalho, emprego e renda através de uma revisão sistemática da literatura, utilizando as bases de dados das bibliotecas eletrônicas Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e, ainda, em um portal de periódicos: o Portal de Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram, ainda, extraídos dados do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística – IBGE, com o intuito de abordar a questão na contemporaneidade a fim de demonstrar as novas questões que surgem com a última grande crise mundial: a pandemia de Coronavírus.

Assim, o estudo buscou trazer uma contribuição teórica para esta linha de pesquisa científica através das reflexões acerca das mudanças que vêm ocorrendo nas políticas públicas no que tangem ao trabalho, emprego e geração de renda, sobretudo, nos momentos de crise.

O presente estudo, abordando a repercussão das políticas públicas de trabalho, emprego e renda no Brasil, especialmente em períodos de ocorrência de grandes crises históricas, na perspectiva da produção científica pré-existente, está estruturado em cinco seções principais, incluindo esta Introdução. Na segunda seção é apresentada a revisão literária em si, que permite identificar a evolução do tema desde o seu surgimento através de uma abordagem de conceitos e respostas para algumas questões, tais como o que são políticas públicas; como e por que surgiram; o papel dos governos; modelos de formulação e análise; seus ciclos; bem como a distinção entre as políticas públicas de mercado de trabalho e aquelas com incidência no nível de emprego. A terceira seção apresenta o caminho metodológico seguido nesta pesquisa. A seção seguinte apresenta os resultados encontrados e a análise desses, incluindo dados resultantes da análise bibliométrica dos artigos selecionados para compor a amostra deste trabalho, bem como uma análise da frequência das palavras no "*corpus*" textual e, veículos em que as mesmas foram localizadas. Na quinta e última seção deste trabalho apresentam-se as considerações finais a despeito da temática proposta e as recomendações para estudos futuros a fim de que esses preencham a laguna científica que foi identificada ao longo de todo o processo de investigação.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Políticas Públicas, Políticas Públicas de Mercado de trabalho e Políticas Públicas de Emprego.

Enquanto subárea do conhecimento, cuja área é a ciência política, a matéria denominada política pública teve sua origem formal nos Estados Unidos da América, desde então, ignorando as bases teóricas referentes ao papel do Estado e enfatizando as ações governamentais. Seus predecessores foram H. Laswell- considerado um dos fundadores da psicologia política, H. Simon- cientista político, C. Lindlom- desenvolvedor da teoria do incrementalismo na política e na tomada de decisões e D. Easton- cientista político vanguardista das revoluções comportamentais.

De acordo com Melo e Pase (2017, p.313) as políticas públicas são o resultado (recurso, bem ou direito) das relações de poder entre Estado, sociedade e mercado, síntese dos conflitos, consensos e coalizões dos segmentos sociais e políticos interessados em realizar suas preferências, em regimes democráticos. Consideram as constantes transformações históricas e são permeadas por mediações de natureza variada. São materializadas por meio de políticas, programas, ações, estratégias que implicam coordenação, capacidade administrativa e burocrática, financiamento, e podem ser executadas diretamente ou mediante outras agências e, inclusive, em parceria com organizações privadas e do terceiro setor. A análise de políticas públicas é a reflexão científica sobre as políticas públicas. A avaliação de políticas públicas verifica a eficiência, eficácia e efetividade das ações dos governos.

Ao estudar o universo público a ciência política norte-americana focou seu estudo inicialmente nas instituições, posteriormente nas organizações locais e, por fim, as políticas públicas como uma ferramenta para compreensão das ações governamentais.

Certo é que a área das políticas públicas engloba outras múltiplas disciplinas, teorias e modelos, não se resumindo ou limitando a sua própria área.

No Brasil, em crescente ascensão desde os anos 80 em razão de políticas fiscais adotadas pelo governo da época em cumprimento a determinações legais, as políticas públicas têm ganhado cada vez mais visibilidade, vez que reverberam diretamente na economia e nas sociedades. Delineadas e formuladas, as políticas públicas resultam em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

As políticas de mercado de trabalho estão inseridas num conjunto das políticas públicas de uma forma um tanto quanto segmentada devido sua especificidade. O alcance dessas políticas se faz no espaço de oferta e demanda da força de trabalho. Apesar de serem políticas clássicas, são altamente capazes de influenciar outras políticas. A exemplo destas políticas que são limitadas ao mercado de trabalho podemos citar o estabelecimento do salário mínimo - nacional e regional, a previdência social, as legislações trabalhistas, dentre outras. As políticas públicas de mercado de trabalho incidem diretamente nos espaços de trabalho.

De acordo com Sousa (2016, p.286) as políticas brasileiras de emprego surgem e se consolidam na segunda metade do século XX, através de um processo descontínuo, com a instituição e regulamentação do Programa de Seguro Desemprego.

É preciso ressaltar que políticas públicas com incidência no nível de emprego, podem ser divididas entre: gestão macroeconômica (monetária, cambial, fiscal), políticas sociais (saúde, educação, assistência social), políticas de renda e tributárias, que são ferramentas mais comumente encontradas ao alcance dos governos haja vista a amplitude do que se pretende alcançar, a complexidade da política envolvida, bem como as limitações legais inseridas no contexto.

2.2 A Evolução das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda no Brasil.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi uma das primeiras iniciativas do, então, presidente da república, Getúlio Vargas, ao assumir o governo do Brasil por meio de um golpe, após a Revolução de 1930. A pasta foi batizada de "Ministério da Revolução" porque se tratava de uma ruptura com a velha oligarquia agrária por meio da criação de um Estado considerado positivista. Vargas buscava atender reivindicações históricas dos trabalhadores através de um modelo de governo embasado em Leis que transmitisse aos seus eleitores a ideia da outorga dos direitos trabalhistas pelo Estado. Assim, esse modelo passou a organizar as relações sociais através de um sistema normativo.

É possível afirmar que o Ministério teve na era Vargas um dos períodos legislativos mais intensos de toda a história, até então. Foram lançadas medidas como a criação da carteira de trabalho profissional (precursora da atual carteira de trabalho e previdência social que hoje já se encontra, inclusive, na versão digital), a regulamentação do trabalho feminino e infantil e, o estabelecimento de juntas de conciliação de conflitos entre patrões e empregados, que seria um embrião da Justiça do Trabalho, criada pela Constituição de 1934.

Outra medida de suma importância, sobretudo naquele contexto histórico, foi a criação de uma nova regulamentação da atividade sindical com critérios para a criação de sindicatos que culminou no surgimento de uma classe de trabalhadores urbanos e de profissionais liberais, propiciando, assim, a formação dos primeiros movimentos sindicais que foram reconhecidos e regulamentados em Lei ao longo da primeira década do século XX.

Se destacam, ainda, a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que mudaram o sistema previdenciário do país. Foram instituídos o salário mínimo; a jornada de trabalho de oito horas; o descanso semanal; as férias remuneradas e a indenização por dispensa sem justa causa.

Uma das iniciativas de maior destaque foi a instituição, em 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que unificou as leis trabalhistas existentes à época. Foi em 1º de maio que o presidente Vargas sancionou a CLT, data que passou a ser conhecida como o Dia do Trabalho, declarado feriado nacional e, celebrado até hoje em todo o país.

As décadas que se seguiram após a primeira era Vargas foram marcadas por inúmeras mudanças nas leis e nos direitos trabalhistas conquistados até então.

Na década de 60, novos direitos foram incorporados à legislação trabalhista como, por exemplo, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para proteger o trabalhador demitido sem justa causa, através da opção por uma conta aberta em nome do trabalhador, vinculada a seu contrato de trabalho, na qual são depositados mensalmente o correspondente a 8% do salário. Essa modalidade de indenização, criada num primeiro momento como opção, vigorou até a Constituição de 1988, quando todos os trabalhadores foram obrigatoriamente transferidos para o regime do FGTS em substituição à estabilidade decenal adquirida pelos trabalhadores, após dez anos de prestação de serviços a um mesmo empregador, face a demissão imotivada

A Constituição de 1967 instituiu a aplicação da legislação trabalhista a empregados temporários; a proibição de greve em serviços públicos e atividades essenciais e, o direito à participação do trabalhador no lucro das empresas, entre outras medidas.

Duas décadas depois, a Assembleia Constituinte, convocada em 1987, acrescentou novos direitos que, mais uma vez, considerando o contexto da época, eram cobrados pela classe trabalhadora, tais como: o direito à greve e o descanso remunerado aos domingos e feriados.

Foi a partir da Constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã por ser considerada um marco no que se refere aos direitos dos cidadãos brasileiros, que passam a ser previstas medidas de proteção contra demissões sem justa causa; o piso salarial; a licença

maternidade e paternidade; o veto à redução do salário; a limitação da jornada de trabalho a oito horas diárias e 44 horas semanais, dentre outros direitos sociais advindos da força laboral. Também foi nesse período que foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT, destinado, em parte, ao custeio do Programa de Seguro Desemprego. Alguns dos programas atuais que estão ligados ao FAT são: Abono Salarial, CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, PROGER – Programas de Geração de Emprego e Renda, Qualificação Profissional, PPE – Programa de Proteção do Emprego, Seguro-Desemprego e o Sistema Nacional de Emprego – SINE.

A partir da década de 90 a pasta assume um papel cada vez mais fiscalizatório do cumprimento das normas e leis trabalhistas existentes até então.

Todas essas políticas foram criadas e geridas dentro do Ministério do Trabalho em razão desse oferecer um corpo técnico e orçamento dentro do governo para discutir essas relações, mas que evidencia muito o ambiente político de cada época, de cada governo e, da pressão popular.

Em 2012 foi proposta a Emenda à Constituição (PEC) nº66, posteriormente convertida em Emenda Constitucional (EC) nº72 para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores urbanos, rurais e, de uma das mais importantes classes trabalhadora no país, relegados até então: os empregados domésticos. A promessa do governo Dilma Rousseff, à época, era a formalização da profissão, a garantia de direitos sociais e, criação de novos postos de trabalho.

Em 2016, ainda sob um forte estado de crise econômica mundial, foi proposto pelo, então, Presidente Michel Temer, uma das mudanças contemporâneas mais significativas no campo do emprego, trabalho e, por conseguinte, renda no Brasil: o projeto de Lei da Reforma Trabalhista, projeto posteriormente convertido em Lei, sancionada no ano seguinte, em 2017.

Em continuidade ao que muitos defendem e definem como “ataque” aos direitos trabalhistas, em 2019, o governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, volta as atenções do país, novamente, para o campo trabalhista, tornando-o, mais uma vez, protagonista dos debates nacionais com a extinção do Ministério do Trabalho, através da sua incorporação à pasta do Ministério da Economia. Contudo, cabe salientar que não é a primeira vez, historicamente, que o Ministério do Trabalho seria fundido com outras áreas. Ao surgir, em 1930, a pasta também era responsável por indústria e comércio. Em 1960, passa ser Ministério do Trabalho e Previdência Social. Torna-se puramente Ministério do Trabalho em 1974. Em 1990, volta a incorporar a Previdência. Dois anos depois, passa a ser o Ministério do Trabalho e da

Administração Federal e, em 1999, Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2015 volta a ser Ministério do Trabalho e Previdência Social até que, em 2016, tornar-se, novamente, apenas Ministério do Trabalho.

2.3 A estrutura governamental responsável por gerir a temática: trabalho, emprego e renda no Brasil, no ano de 2020.

A Medida Provisória – MP, 870/2019, alterou a estrutura ministerial do atual governo, reorganizando os órgãos da presidência, os ministérios e suas atribuições. Foram diminuídas de 29 para 22 pastas. Foi esta MP que decretou a extinção do Ministério do Trabalho e a distribuição de suas atribuições entre Economia, Justiça e Cidadania, dentre outras.

No que se refere ao trabalho, emprego e renda, acredita-se que a medida tem dupla finalidade: facilitar a implementação da reforma trabalhista e esvaziar o poder da fiscalização, tanto na exigência de cumprimento da legislação e das normas coletivas quanto na elaboração, bem como na implementação das orientações normativas em matéria de segurança e medicina do trabalho.

Foi delegado ao Ministério da Economia a competência para tratar, além dos temas previdenciários, os assuntos relacionados ao trabalho como, por exemplo: política e diretrizes para a modernização das relações do trabalho; fiscalização do trabalho; aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; política salarial; política e diretrizes para a geração de emprego, renda e de apoio ao trabalhador; formação e desenvolvimento profissional; segurança e saúde no trabalho e, regulação profissional.

Os temas do mundo do trabalho foram distribuídos no Ministério da Economia da seguinte forma: uma Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, cujo atual secretário nomeado foi Bruno Silva Dalcomo - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; uma Secretaria de Previdência; três subsecretarias, sendo uma de inspeção do trabalho, uma de políticas públicas de trabalho e uma de relações do trabalho. Há, ainda, vinte e sete Superintendências Regionais do Trabalho, uma em cada Estado e uma no Distrito Federal; um conselho – Conselho Nacional do Trabalho, órgão consultivo colegiado, e, uma Fundação - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. Todos esses órgãos, sob a supervisão do Ministro Paulo Guedes.

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho tem sob sua subordinação a Secretaria do Trabalho e suas três subsecretarias. As atribuições e competências da Secretaria de

Previdência e Trabalho constam do artigo 67 do anexo I do Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, que trata da estrutura regimental do Ministério da Economia. Suas principais competências são: dirigir, superintender e coordenar as atividades das secretarias e demais unidades que integram a respectiva estrutura e orientando a sua atuação; expedir os atos normativos relacionados ao exercício de suas competências; supervisionar as seguintes matérias de competência do Ministério: a) previdência e legislação do trabalho; b) fiscalização e inspeção do trabalho, inclusive do trabalho portuário, bem como aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; c) relações do trabalho; d) política salarial; e) formação e desenvolvimento profissional; f) segurança e saúde no trabalho. Deve, ainda, assistir o ministro de Estado na supervisão e na coordenação das atividades de órgãos colegiados e entidades vinculadas à sua área de atuação, conforme ato próprio do ministro de Estado; supervisionar as Superintendências Regionais do Trabalho (SRTEs), em articulação com as demais Secretarias Especiais que utilizem a estrutura descentralizada das superintendências; editar as normas de que trata o art. 200 da CLT; acompanhar o cumprimento, em âmbito nacional, dos acordos e das convenções ratificados pelo governo brasileiro junto a organismos internacionais, em especial à OIT, nos assuntos de sua área de competência e, elaborar proposições legislativas sobre matéria previdenciária, trabalhista ou correlata.

Ficam vinculados ao Ministério da Economia: a) o Conselho Nacional do Trabalho e b) a Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho).

O Ministério da Justiça e da Segurança Pública, ocupado até 23 de abril de 2020 pelo ex-juiz de direito responsável por julgar réus da operação policial denominada Lava Jato, Sérgio Moro, passou a ter posteriormente como titular André Luiz de Almeida Mendonça.

Os ministérios da Cidadania, cujo titular nomeado da pasta foi Onyx Lorenzoni, e o da Mulher, Família e Direitos Humanos, cuja titular nomeada foi Damares Alves, são os responsáveis, respectivamente, pelas questões relacionadas à promoção de oportunidades de trabalho aos beneficiários do Bolsa-Família, do trabalho da mulher, da conciliação familiar e trabalho e, do combate ao trabalho escravo.

2.4 Políticas Públicas Contemporâneas De Promoção à Geração De Trabalho, Emprego e Renda.

Melo e Pase (2017, p.313) afirmam que a pobreza é um problema político e não de produção:

Conforme demonstram as informações do informe sobre a riqueza mundial de 2015 do banco alemão Credit Suisse, 1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta, o que revela que a pobreza é um problema político e não produtivo. Se no século XVII ou XVIII a produção de alimentos e bens duráveis era insuficiente para melhorar a vida de multidões que pereciam sob a fome e a pobreza, não parece que esse seja o principal problema contemporâneo.

No Brasil, Getúlio Vargas foi considerado o primeiro a pensar e adotar práticas tendo como base o modelo do nacional desenvolvimentismo¹.

O Neodesenvolvimentismo é um modelo de desenvolvimento que supõe a intervenção do Estado como indutor do crescimento econômico, a ampliação e a formalização do emprego. Esse movimento resultaria no desenvolvimento social, contudo, suas práticas atuais vêm sendo consideradas por alguns estudiosos como um modelo marcado pela precarização das relações de trabalho do séc. XXI. Foram criadas políticas redistributivas de renda através de programas sociais, contudo, ao que parece, não houve uma agenda governamental empenhada em criar mecanismos de emancipação dos beneficiários dessas políticas, haja vista que esses programas dependem de uma política fiscal, quase sempre deficitária, que acolhe alguns, mas não a todos os necessitados, talvez, não atenda sequer aos mais necessitados, de acordo com os critérios elegíveis estabelecidos, conforme será possível observar no item 2.4.3.

Conforme descrito por Melo e Pase (2017, p.313) de maneira geral, esses programas enfrentam a questão da pobreza contribuindo com a sobrevivência material básica dos beneficiários.

Uma importante crítica que se pode fazer a esse modelo, da forma como ele vem sendo majoritariamente executado, é que essas políticas geram uma massa de dependentes beneficiários de acordo com os critérios elegíveis de cada programa, contudo, o que se faz necessário para um modelo de desenvolvimento eficaz de longo prazo é a geração de uma massa de trabalhadores e de empreendedores, de forma que com a descontinuidade de programas de distribuição de renda não seja mais necessária tal assistência, pois o cidadão estaria apto para prover sua subsistência.

Sousa (2016, p.293) nos traz o que teria sido o primeiro movimento contemporâneo de reforma das políticas públicas de emprego surgido através da criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, em 2011, que visava a produtividade, através da qualificação, ao invés do mero assistencialismo.

¹ Projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi considerado a principal política pública de transferência de renda do Brasil, tendo sido instituído pela Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003, transformada na Lei 10.836, em 9 janeiro de 2004. O programa foi criado no governo de Luís Inácio Lula da Silva, através da unificação de cinco programas sociais já existentes: o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa-escola; o Cadastramento Único do Governo Federal; o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação; o Programa Auxílio-Gás e, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - Fome Zero, sendo os quatro primeiros programas instituídos no ano de 2001 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, e o último pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. O PBF consiste na ajuda financeira às famílias pobres que tenham em sua composição gestantes e crianças, ou, adolescentes entre 0 e 17 anos. A contrapartida é que as famílias beneficiárias mantenham as crianças e os adolescentes entre 6 e 17 anos com frequência na escola, bem como que as gestantes façam acompanhamento de saúde regular.

Com o advento da pandemia de Covid-19, que trouxe à luz uma nova classe denominada "os invisíveis" (item 2.4.3), surgem novas discussões acerca da distribuição de renda e renda básica. Assim, surgem novos projetos que visam substituir o programa Bolsa Família visando estabelecer um plano de redução da taxa de pobreza e a distribuição de renda a um grupo maior de pessoas de forma a estimular a emancipação econômica desses dependentes. Um dos projetos apresentados de maior destaque é o chamado de Lei de Responsabilidade Social (LRS) que prevê metas para a queda da taxa geral de pobreza nos próximos três anos e verba extra de recursos do Orçamento.

Na atual estrutura governamental foi criada, inclusa à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, a Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego, cujo secretário nomeado foi Fernando de Holanda Barbosa Filho.

A Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego é responsável pelas políticas e diretrizes de trabalho, emprego, renda, salário e de empregabilidade, além de formação e desenvolvimento profissional. As competências da nova Secretaria envolvem temas como formular e propor políticas públicas de trabalho, emprego, renda, salário; programas de empregabilidade como, por exemplo, qualificação profissional, aprendizagem e estágio; seguro-desemprego; abono salarial; planejar, controlar e avaliar os programas relacionados com a geração de emprego e renda; apoio ao trabalhador desempregado; a formação e o desenvolvimento profissional para o mercado de trabalho; planejar e coordenar as atividades

relacionadas com o Sistema Nacional de Emprego quanto às ações integradas de orientação, recolocação, qualificação profissional e habilitação ao seguro- desemprego.

Em 11 de novembro de 2019, o governo instituiu uma nova política pública, a chamada “carteira verde e amarela” que, supostamente, beneficiaria jovens de 18 a 29 anos que ainda não tiveram nenhum emprego com carteira assinada. A proposta foi enviada ao Congresso Nacional por meio de uma Medida Provisória (MP) nº 905, e abrangeria inicialmente apenas os contratos com remuneração de até um salário mínimo e meio. Como estímulo para a contratação estava prevista a desoneração da folha de pagamento com uma redução entre 30% e 34% do custo para mão de obra na modalidade. A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) cairia de 8% para 2%, e o valor da multa poderia ser reduzido de 40% para 20%, decidida em comum acordo entre o empregado e o empregador, no momento da contratação. Os empregadores também não precisariam pagar a contribuição patronal para o Instituto Nacional do Seguro Social (de 20% sobre a folha), as alíquotas do Sistema S² e do salário-educação. O programa seria financiado com uma taxa de 7,5% dos trabalhadores que recebem seguro-desemprego. As empresas não poderiam ter mais que 20% dos funcionários na modalidade, que também só poderia ser aplicada em novas contratações. Segundo a proposta inicial do Governo, estariam garantidos todos os direitos trabalhistas previstos na Constituição como pagamentos de férias e 13º salário, por exemplo. O prazo máximo dos contratos seria de 24 meses e novas contratações poderiam ser registradas até o final de 2022. A previsão governamental era que até 2022 a medida gerasse um saldo líquido de 1,8 milhão de novos postos de trabalho. Fato é que a MP 905 foi utilizada por inúmeros empregadores durante a sua vigência, contudo, ela foi revogada pela MP 955 em 2020 tendo sua tramitação suspensa no Congresso Nacional. A MP 955/2020, por sua vez, também teve seu prazo de validade encerrado e, com este marco, possibilitou que a MP 905/2019 voltasse a tramitar. Em 15 de abril de 2020, em meio à Pandemia de Coronavírus e, após inúmeros embates, a Câmara dos Deputados finalmente aprovou a MP 905, com algumas alterações e, validade até 31(trinta e um) de dezembro de 2022. As alterações aprovadas foram: validade das

² Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

normas previstas também para trabalhadores que têm acima de 55 anos, desempregados há pelo menos 12 meses e trabalhadores rurais. Foi retirada a redução do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que iria para 2% do salário, mas agora permanece em 8%, no entanto, quanto ao FGTS, o atual governo ainda estuda excluir integralmente a obrigatoriedade do depósito. Segundo o Ministro da Economia, Paulo Guedes, o objetivo da carteira verde e amarela seria retirar trabalhadores da informalidade através da transição entre a assistência social do governo e os contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. A MP, apesar de vigente, ainda está em análise e o governo já anunciou novas alterações tais como: a possibilidade de registro por hora trabalhada de serviços prestados pelo trabalhador a diversos empregadores, condição já prevista na Lei 13467/2017 que introduziu a denominada Reforma Trabalhista³ no ordenamento jurídico brasileiro, trata-se do “trabalhador intermitente”. Outras importantes alterações que estão sendo estudadas pela equipe econômica do governo são a possibilidade de exclusão de encargos trabalhistas e contribuições previdenciárias. Segundo Guedes, o novo modelo retiraria um contingente de 38 (trinta e oito) milhões de pessoas que se encontram à margem da sociedade. Essa teria sido uma estimativa calculada pelo governo frente a crise econômica trazida pelo Covid-19 que deu, ainda, visibilidade a 8 (oito) milhões de pessoas que se encontram em situação de miserabilidade, fora de qualquer programa de assistência social.

O auxílio emergencial, popularmente conhecido como "coronavoucher", foi um benefício instituído pela Lei de nº 13.982, no de 2020, tão logo fora confirmada por organismos internacionais a existência de uma pandemia (Covid-19) que estava obrigando os países a decretarem um protocolo de isolamento que impediria o movimento de pessoas, o denominado "lockdown". Inicialmente era previsto o repasse de R\$600,00 (seiscentos reais) mensais pelo período de três meses a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e, também, contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O objetivo do auxílio foi mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia de COVID-19 de forma a garantir renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia, já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas. O auxílio emergencial já contemplou a mais de 50 milhões de brasileiros, num repasse superior a R\$ 35,5

³ A reforma trabalhista é representada pelas alterações promovidas pela Lei 13467/2017 na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e também em leis esparsas. É chamada assim porque alterou muitos direitos e deveres trabalhistas, o que afetou trabalhadores, empregadores e até operadores do direito.

bilhões⁴. A quantidade de beneficiados já é superior à população total de países como a Espanha (47 milhões) e a Argentina (44,5 milhões).

Além da distribuição de renda, outra importante contribuição trazida pelo programa foi dar visibilidade à quase 20 milhões de brasileiros que, através de um processo de cadastramento para o recebimento de recursos financeiros previstos em lei, foram "enxergados" pelo governo: trata-se do fenômeno denominado pelos próprios agentes governamentais de "os invisíveis", ou seja, cidadãos brasileiros que, embora em situação de vulnerabilidade, não eram destinatários de nenhuma política pública de distribuição de renda, portanto, não recebiam nenhum tipo de recurso financeiro governamental, sequer possuíam uma conta em instituições financeiras. O vislumbre dessa categoria de cidadãos pelos agentes políticos fez com que essa pauta entrasse em discussão e, atualmente, o tema encontra-se sob análise para que seja formulada uma nova política de distribuição de renda mais abrangente. O Auxílio Emergencial já é conhecido como o maior programa social da história brasileira.

Criado pela Medida Provisória nº936, de 2020, a intenção seria a manutenção dos postos de trabalho formais através da redução da jornada de trabalho, com a consequente e proporcional redução salarial. Contudo, o programa, além de precarizar ainda mais relações já tão frágeis, voltava-se apenas para os trabalhadores formais, excluindo prestadores de serviços terceirizados e autônomos, que já respondem pela maior parte dos trabalhadores na grande maioria das empresas brasileiras, face as recentes flexibilizações das relações trabalhistas.

Krein (2017, p.79) nos traz uma importante reflexão sobre o tema ao afirmar que o trabalho não pode ser considerado uma mercadoria qualquer, pois quem a vende é uma pessoa humana e sua dignidade precisa estar assegurada.

Eis que não precisou de muito tempo para já ser possível constatar que, na prática, apesar da assinatura de acordos entre empregados e empregadores, bem como a adesão dos empregadores ao programa proposto pelo governo, muitos trabalhadores foram demitidos, em muitos casos, sem sequer receberem as verbas trabalhistas a que fariam jus.

Nesse contexto, uma importante reflexão se faz necessária: como salvaguardar a dignidade da pessoa humana citada por Krein (2017, p.79) de quem entregou a sua força de trabalho previamente e foi descartada sem o justo pagamento do qual dependia a sua subsistência e, em muitos casos, a de seus familiares?

⁴ Dados informados pelo governo federal através do Ministério da Cidadania.

2.5 Obstáculos enfrentados pelas Políticas Públicas na promoção do trabalho, emprego e renda.

Com as crises econômico-financeiras começa a haver menos emprego e menos trabalho. As empresas passam a ter menos lucro e o Estado recolhe menos impostos.

Desde 2008 estamos experimentando mais uma das crises cíclicas do capital. Declínio financeiro, quebra de empresas, diminuição do ritmo de crescimento e aumento do desemprego são temas que demandam respostas imediatas, além de serem geradores de obstáculos para uma efetiva política que alavanque o setor.

As condições de vida do trabalhador não são mais vistas com a mesma atenção, aparentemente, passando a preponderar os interesses de grandes aglomerados financeiros, industriais e comerciais que difundem a ideia que o caminho para saída da crise é o corte de direitos conquistados ao longo de décadas de políticas públicas implantadas por diferentes governos, muitos resumindo a questão à expressão: "protecionismo trabalhista", o que acaba por culminar no corte de direitos legalmente constituídos. O desmantelamento das políticas garantistas na área fazem surgir novas temáticas como, por exemplo, a chamada "pejotização" decorrente das políticas públicas adotadas pelo atual governo em que, para auferirem alguma renda decorrente da sua força de trabalho, os empregados deixam de ser pessoas físicas e tornam-se empresas, abrindo mão de direitos legalmente constituídos e assumindo riscos desnecessários ao exercício da sua profissão, caso fossem respeitadas as condições garantidas até então.

O cenário atual faz supor que a financeirização é alimentada pela desvalorização do trabalho e restrição de direitos, bem como pelo enfraquecimento das organizações. Essas novas modalidades vêm para substituir o emprego padronizado no que parece ser uma tentativa de se moldar rapidamente à instabilidade econômica que foi elevada a patamares quase imensuráveis após a pandemia de Covid-19.

Dar a uma determinada pasta o "*status*" de ministério, significa que as políticas públicas nesta área serão priorizadas. A alteração de "*status*" precariza o cumprimento das competências que cabem a um ministério, retira força e abala a eficácia de suas políticas. Esse tem sido, supostamente, o posicionamento adotado pelo governo Jair Bolsonaro. Se antes o Estado se posicionava para garantir os direitos dos trabalhadores, agora passa a priorizar o capital, no que muitos consideram ser a sinalização de um novo tempo em que o Estado não mais intermedia a relação entre capital e trabalho. Essa diluição das competências do Ministério do Trabalho entre várias pastas e secretarias poderá resultar numa grave perda de relevância para área,

agravada pela falta de uma eficiente coordenação e, por problemas como falta de recursos. Tudo isso facilitará a ação do governo no sentido de tornar os temas da área do trabalho cada vez mais distantes dos interesses dos trabalhadores e cada vez mais submetidos às orientações econômicas do governo e, aos interesses do empresariado que, por sua vez, subsidia o aparelhamento governamental, segundo o posicionamento de muitas organizações e estudiosos.

O financiamento da Carteira Verde Amarela, por exemplo, tem sido um grande entrave, mas o Ministro da Economia avalia que é possível encontrar respostas nos ativos do próprio governo para arcar com a redução dos tributos.

Outro fator que têm dificultado muito as propostas governamentais são os constantes embates entre opositores e aliados do governo Bolsonaro, bem como o enfrentamento de divergências de especialistas da área jurídica, de centrais sindicais e outras entidades populares que defendem que a medida citada, em verdade, seria uma medida de protecionismo aos empresários, vez que haverá uma economia de 70% dos encargos, de 39,5% para 12,1% sobre a folha de pagamento, o que evidenciaria uma melhora da situação patronal, enquanto, para o trabalhador, não geraria número expressivo de postos de trabalho, resultando, ainda, na precarização das condições de trabalho brasileiras, criando uma nova modalidade de trabalho: os trabalhadores sem direitos. Importantes entidades de classe como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese, apontam que o projeto além de não gerar vagas de emprego na quantidade e qualidade necessários, pode promover a rotatividade, reduzir direitos e afetar, inclusive, a saúde e segurança dos trabalhadores.

Sousa (2016, p.295) é cirurgico ao afirmar que os desafios existentes são potencializados pela ausência de debate entre governo, empregados e empregadores, situação extremamente agravada pelo comportamento adotado pelo atual governo.

2.6 A Pandemia e o Desemprego no Brasil.

Um problema de saúde pública global como o Coronavírus impactou direta e drasticamente na economia mundial cujos primeiros setores a serem atingidos foram os do trabalho, do emprego e da renda. As medidas de bloqueio adotadas por diversos países para retardar a disseminação da doença afetaram quase 2,7 bilhões de trabalhadores, representando cerca de 81% da força de trabalho mundial. Cerca de 30 milhões de pessoas estão desocupadas em toda a América Latina e Caribe, e 23 milhões terão deixado o mercado de trabalho por falta

de oportunidades. Em 2021, o emprego estará na terapia intensiva e os indicadores podem piorar, destaca o relatório anual da OIT. (OIT, 2020)

A velocidade e a escala das perdas de empregos não têm precedentes, atingindo o que já era precário e desestruturando políticas que estavam sendo implementadas em sede de melhoria. A pandemia, nesse contexto, atinge com maior intensidade a população que vive na informalidade ou na precariedade, mas também promoveu uma destruição massiva dos postos de trabalho formalmente ocupados.

Considerando-se as políticas públicas recentemente adotadas pelo atual governo, em que o predomínio era pela informalização das relações de trabalho e emprego, o desafio trazido pela pandemia é ainda maior, tendo em vista que a partir de então será necessário, ainda mais do que no período pré pandêmico, de uma rede de proteção social ao cidadão, onde serão necessárias políticas assistenciais de erradicação à pobreza extrema.

A pandemia sinalizou que o setor público necessita gerir seus investimentos de forma mais adequada, bem como ampliar a capacidade produtiva. Haverá a necessidade no pós-pandemia de elevar os gastos com programas sociais e políticas de transferências de renda para fazer frente a pobreza extrema que se disseminou. É fundamental alcançar crescimento econômico com emprego, trabalho e renda, esses são fatores cruciais para reduzir a pobreza e enfrentar a ampliação das desigualdades que esta pandemia está deixando como consequência.

2.7 Resultados contemporâneos da implementação das atuais políticas públicas na geração de trabalho, emprego e renda.

O fim do Ministério do Trabalho, responsável por elaborar diretrizes para geração de emprego e renda, além de emitir documentos e fiscalizar as relações trabalhistas no Brasil, investigando denúncias de trabalho escravo e infantil e, o cumprimento da legislação por parte das empresas, anunciado pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, sob pretexto do equilíbrio das contas públicas, pode vir a aumentar ainda mais as desigualdades sociais advindas, sobretudo, das mudanças na esfera do trabalho e, na esfera da produção. As contradições estão mais visíveis em consequência das novas formas adotadas de organizar e gerir a força de trabalho, tornando constantes os embates entre aliados e opositores às normatizações impostas.

Os resultados prometidos quanto à geração de empregos não foram alcançados pela Reforma Trabalhista implantada pelo governo Michel Temer e, aprovada pelo Congresso

Nacional no ano de 2017, apesar das supostas garantias de geração de milhões de postos de emprego e do aumento da formalização dos postos de trabalho já existentes.

Após a Reforma, os custos trabalhistas para o empresariado têm caído, sejam medidos pelos salários dos trabalhadores ou pelos valores gastos em contratações e dispensas, bem como com as despesas com processos judiciais. Não houve, contudo, ampliação significativa das vagas de emprego, mas sim uma significativa piora na qualidade de vida dos trabalhadores, segundo índices medidos pelo IBGE e apontamento de órgãos e organizações sociais da área. Além disso, a participação da informalidade no mercado de trabalho tem crescido, com evidências gritantes de trocas de empregados formais por trabalhadores "autônomos", ou, ainda, trabalhadores informais como, por exemplo, o trabalhador antes contratado que, na falta de uma vaga de emprego formal, passou a exercer a função de motorista particular utilizando seu carro próprio e assumindo todas as despesas e riscos, além de entregar parte dos lucros obtidos com a força do seu trabalho, a um grupo de empresários organizados: surge, então, a era da "uberização"⁵ reconhecida e legalizada pelo Tribunal Superior do Trabalho em recente decisão⁶. Podem ser citadas, ainda, outras funções laborais que apresentaram expressiva migração da formalidade para a informalidade e precarização, tais como a função de entregador que, passou a exercer as suas atividades assumindo os riscos do exercício da profissão e sem nenhuma garantia, chegando a utilizar para o desempenho das suas atribuições bicicletas alugadas de terceiros, pelos minutos ou horas necessários ao desempenho da sua tarefa. E por que não falar, também, das pessoas que, sem conseguir uma vaga formal de emprego, passaram a exercer a função de cozinheiros em suas residências, outrossim, assumindo todos os riscos e, em muitos casos, tendo de entregar parte dos seus ganhos a outro grupo de empresários organizados que concentram os clientes como, por exemplo, para a empresa denominada "Ifood"⁷. Assim, fica evidenciada uma nova era decorrente das supostas políticas públicas de incentivo ao trabalho, emprego e renda que, em verdade, reduziu salários dos empregados

⁵ Esse modelo prevê um estilo informal, flexível e por demanda de trabalho. A expressão decorre da variação do nome da empresa Uber, na qual os motoristas atuam de acordo com a demanda dos clientes.

⁶ A 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao negar o reconhecimento de vínculo empregatício de um motorista que prestava serviços pela Uber entendeu que o aplicativo de transporte de passageiros presta um serviço de intermediação e, por isso, o motorista que usa a plataforma não tem relação trabalhista. O julgamento aconteceu em 05.02.2020. RR - 1000123-89.2017.5.02.0038

⁷ Ifood é uma empresa brasileira fundada em 2011, atuante no ramo de entrega de comida pela internet, sendo líder no setor na América Latina. Atualmente também está inserida no setor de fintechs.

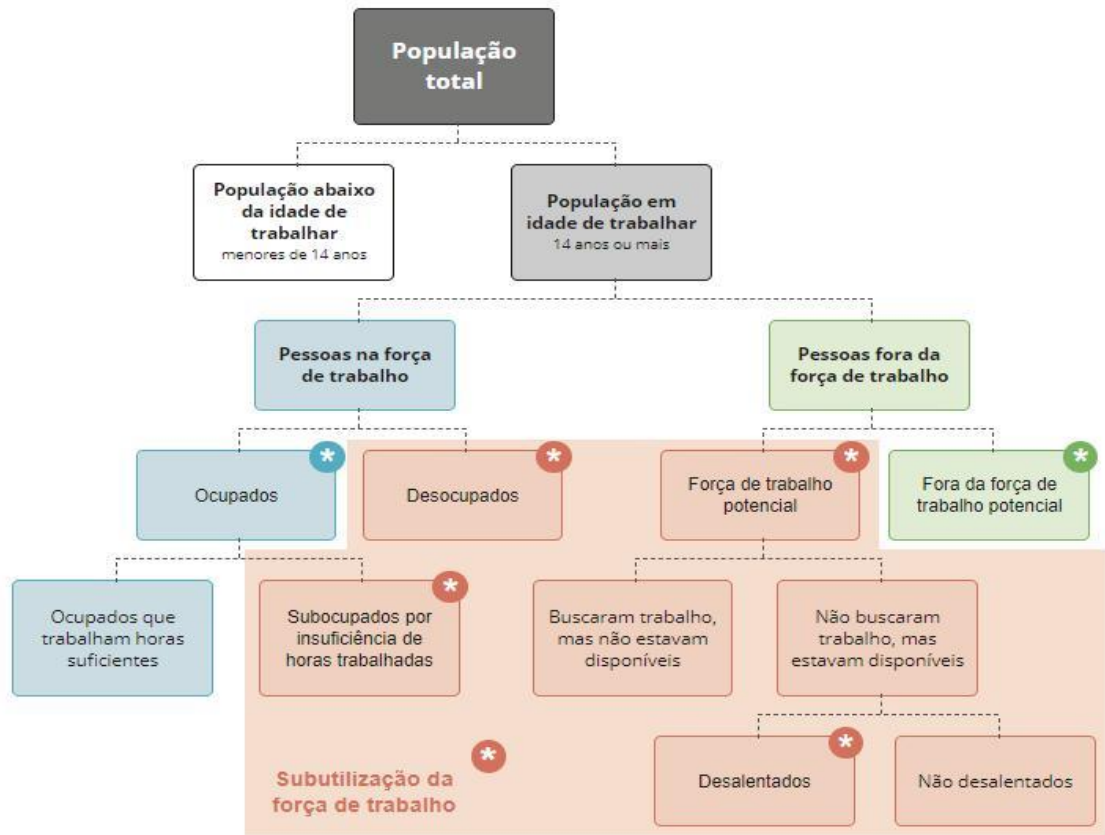
formais que passaram a aceitar subcondições de trabalho para manterem seus postos, aumentou as jornadas de trabalho e precarizou, ainda mais, as condições de saúde do trabalhador.

As recentes alterações na área, introduzidas pelo governo como se políticas públicas fossem, têm alterado tão profundamente as relações de trabalho, emprego e renda, que fez ressurgir uma categoria de empregados, desconhecida por muitos, vez que praticamente não eram citados nas últimas duas décadas, trata-se da categoria dos empregados subocupados, subutilizados e os desalentados.

"Ocupados" se referem a empregados (do setor público ou privado, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou estatutários), trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores domésticos (com ou sem carteira de trabalho assinada) e trabalhadores familiares auxiliares (pessoas que ajudam no trabalho de seus familiares sem remuneração). "Desocupados" se referem às pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem. Nesse caso, há que se fazer, ainda, uma importante distinção: embora, de uma forma simplificada, os desocupados/desempregados sejam reconhecidos como pessoas em idade laboral que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e buscando encontrar trabalho, para que alguém seja considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. Embora não possuam um emprego, algumas pessoas não podem ser consideradas desempregadas, segundo a metodologia e os critérios estabelecidos pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a exemplo: o universitário que dedica seu tempo exclusivamente ao estudo; a dona de casa que não trabalha fora; um empreendedor que possui o seu próprio negócio. Nos exemplos citados, o universitário e a dona de casa estariam fora da força de trabalho; enquanto que o empreendedor é considerado ocupado.

Os "Subocupados", por insuficiência de horas trabalhadas, são trabalhadores que têm jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais horas e estão disponíveis para trabalhar. Os "Subutilizados" englobam os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial, e os subocupados por insuficiência de horas. Por fim, os "Desalentados" são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam, nesse caso, os principais motivos identificados são: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou não ter experiência profissional ou qualificação. Para um melhor entendimento do que são e o que representam essas novas categorias, segue abaixo a divisão de mercado do trabalho adotada pelo IBGE em seus estudos e pesquisas estatísticas:

Figura 01 - Divisão do mercado de trabalho adotada pelo IBGE



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.

A taxa de subutilização da força de trabalho é a porcentagem que esta subutilização representa dentro da força de trabalho ampliada (pessoas na força de trabalho somadas à força de trabalho potencial).

O número de trabalhadores subocupados por insuficiência de horas, ou seja, aqueles que trabalham menos de 40 horas semanais e dizem querer trabalhar mais, atingiu 6,859 milhões no trimestre encerrado em setembro de 2019, o maior da série histórica da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciada em 2012.

No encerramento do terceiro trimestre de 2019⁸ a taxa de desocupação era de 11,8%. Os subutilizados representavam cerca de 24 %. O número de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas chegou a cerca de 7,5 %. Houve um aumento de 8,7% em relação ao trimestre anterior. Os desalentados, ou seja, aqueles que desistiram de procurar emprego somaram 4,2%, alcançando um recorde histórico. O número de empregados com

⁸ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

carteira totalizava 33,075%. O número de trabalhadores por conta própria bateu novo recorde da série histórica somando 24,43%.

É possível fazer uma comparação entre os índices citados com os índices referentes ao mesmo período (terceiro trimestre) do ano de 2020⁹, quais sejam: 13,3% de desocupados; 30,3% de subutilizados; 7,5% de subocupados; 5,7% de desalentados; 29,36% de trabalhadores com carteira assinada e 21,78% de trabalhadores por conta própria.

Com a comparação se observa que, com exceção da taxa de subocupados que se manteve constante, todas as demais taxas comparadas apresentaram uma piora.

Quanto à taxa de trabalhadores por conta própria, que apresentou uma leve redução, não é possível afirmar se tratar de uma melhora ou piora de índices, pois a menos que se aprofunde o estudo, não é possível afirmar para qual categoria esses trabalhadores migraram.

Gráfico 01. Taxa de Desocupados



Gráfico 02. Taxa de Subutilizados

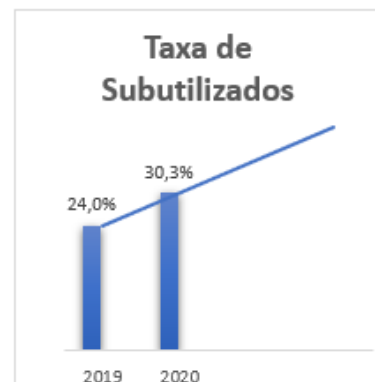


Gráfico 03. Taxa de Subocupados



Gráfico 04. Taxa de Desalentados



⁹ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020.

Gráfico 05. Taxa de Trabalhadores com CTPS Assinada



Gráfico 06. Taxa de Trabalhadores por Conta Própria



Fonte: Gráficos ilustrativos autorais referentes às informações contidas no item 2.6 - Dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, anos 2019 e 2020, realizada pelo IBGE.

Além da aplicação das novas regras menos protetivas, a Lei promoveu uma queda brutal de processos e o enfraquecimento dos sindicatos. A diminuição dos reajustes nas negociações e do próprio número de acordos coletivos corrobora a piora salarial e as condições de trabalho, conforme mencionado anteriormente. A ilegalidade aumenta sem que trabalhadores consigam acessar direitos, e o empresariado, aparentemente cada vez mais organizado e fortalecidos pelas políticas impostas pelo atual governo, impõe práticas consideradas inconstitucionais aos trabalhadores. Talvez, nunca antes tenham sido implantadas tantas políticas públicas ao mesmo tempo na Área. Certo é que essas iniciativas do governo têm sempre como justificativa fundamental a política pública de criação de empregos, trabalho e renda, pois é esse argumento que busca bloquear qualquer crítica relacionada às políticas adotadas.

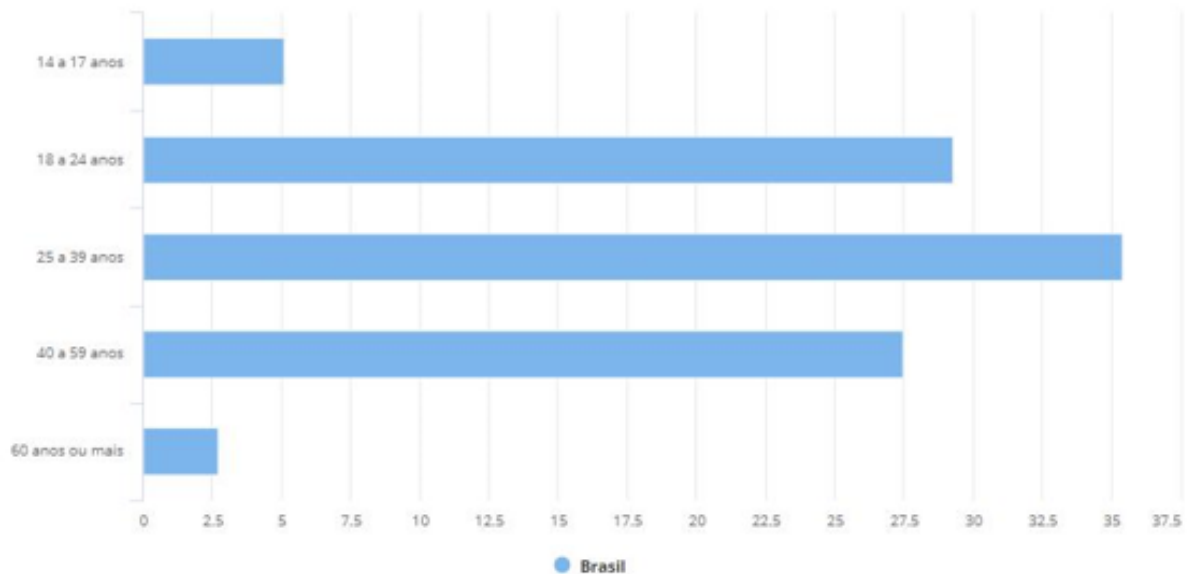
No Brasil, o IBGE possui diferentes conceituações de população considerada como em idade ativa, variando de acordo com a pesquisa a ser realizada. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD a idade limite mínima para definir as pessoas em idade de trabalhar inclui as pessoas com 14 anos. Dessa forma a PNAD passou a calcular a taxa de desemprego no Brasil composta por toda população com 15 ou mais anos de idade.

Na figura abaixo é possível observar que no terceiro trimestre do ano de 2020, a maior população de pessoas desocupadas se encontrava na faixa etária dos 25 aos 39 anos. Já a segunda maior população estava entre os 18 e os 24 anos de idade. Em terceiro lugar estavam as pessoas entre 40 e 59 anos. Assim, é possível concluir que somadas as três faixas etárias o Brasil tinha o maior nível de desocupação concentrada justamente na população adulta economicamente ativa.

Esses três subgrupos etários formam um grupo de suma importância, pois compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo.

Principais Resultados:

Figura 02 - Distribuição de Pessoas Desocupadas por Idade no 3º Trimestre de 2020 (nível territorial: Brasil)

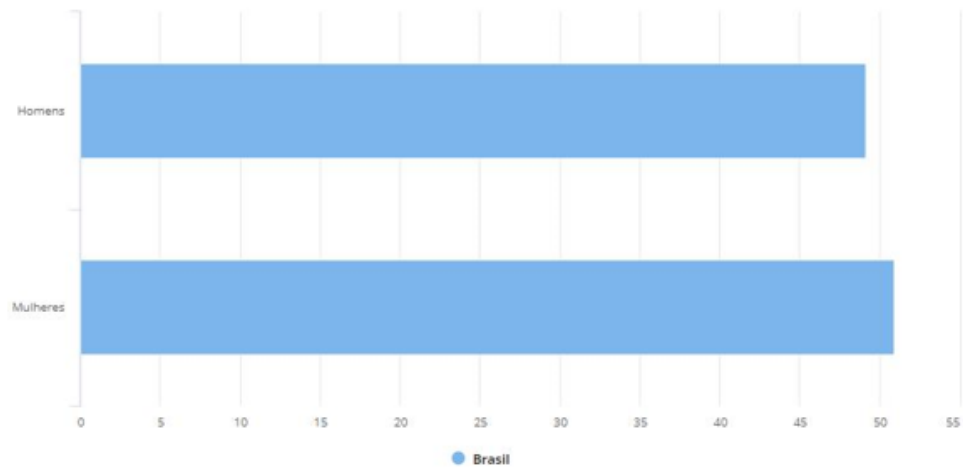


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, 3º trimestre 2020.

A figura abaixo demonstra que mesmo num cenário pandêmico em que as relações de trabalho, de um modo geral, foram profundamente atingidas, a taxa de desemprego feminina segue se sobrepondo à masculina. Para esse dado histórico os estudiosos apontam diferentes motivações, tais como a alta rotatividade das mulheres no mercado de trabalho, embora geralmente detenham uma escolaridade maior, em razão de obrigações externas ao mercado, tais como gestação e o cuidado dos filhos.

Uma vez demonstrada a continuidade deste ciclo em que o mercado de trabalho feminino segue sendo mais atingido que o masculino, cabe a estudos futuros determinarem se mesmo num cenário de pandemia as motivações para essa diferença seguem sendo as mesmas.

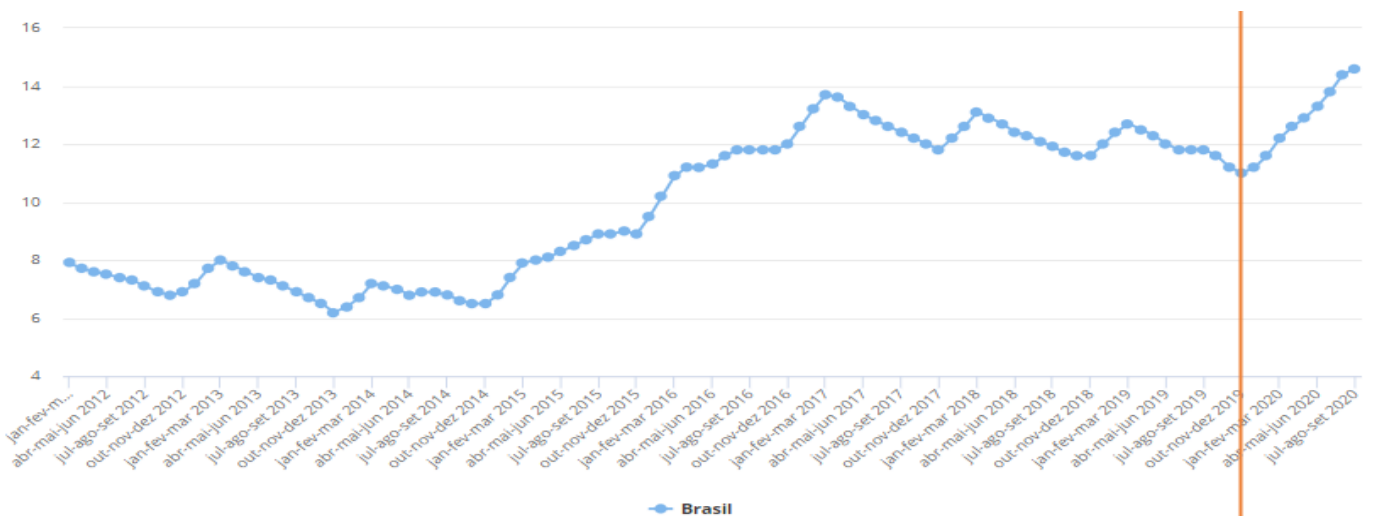
Figura 03 - Distribuição percentual de pessoas desocupadas por sexo, 3º trimestre 2020 (nível territorial: Brasil)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, 3º trimestre 2020

Observe-se a alta constante da taxa histórica de desocupação iniciada a partir do 4º trimestre de 2019 (figura 04). É perfeitamente possível traçar interrelação com o surgimento do Covid-19, pois foi nesse período que foram constatados os primeiros casos que viriam a se tornar uma pandemia.

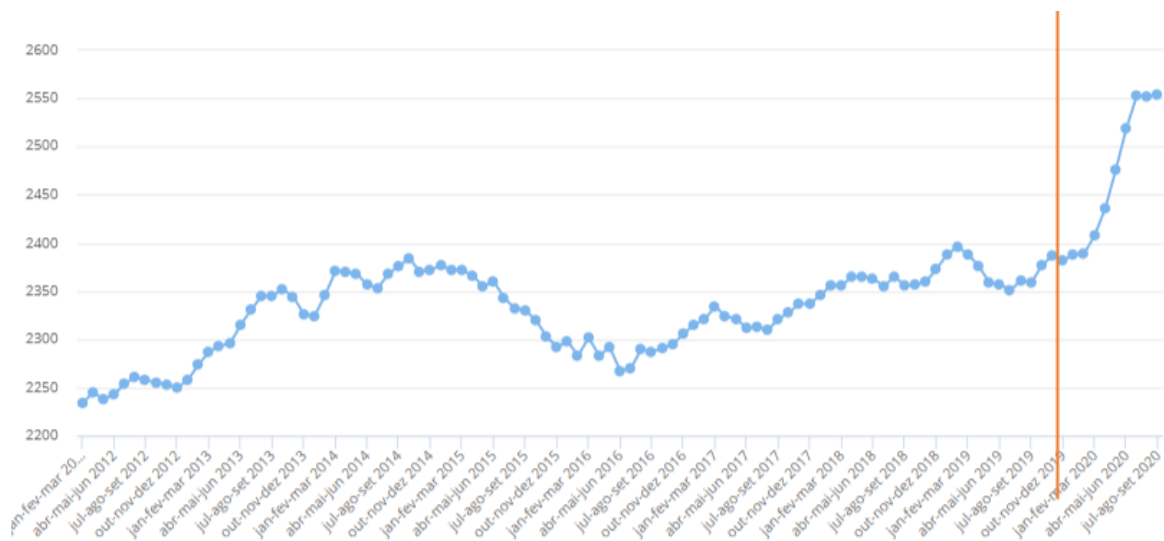
Figura 04 - Taxa Histórica de Desocupação (1º trimestre de 2012 a 3º trimestre de 2020)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, 3º trimestre 2020.

Uma das possíveis explicações para que o rendimento médio do trabalhador tenha subido numa constante a partir de dezembro de 2019 (figura 05) apesar do aumento vertiginoso da taxa de desocupação no mesmo período, é que foram mantidos os postos de ocupação daqueles que percebiam rendimentos mais elevados, contudo, essa é mais uma questão que demandaria estudo mais aprofundado.

Figura 05 - Taxa Histórica de Rendimento Médio (1º trimestre de 2012 a 3º trimestre de 2020)



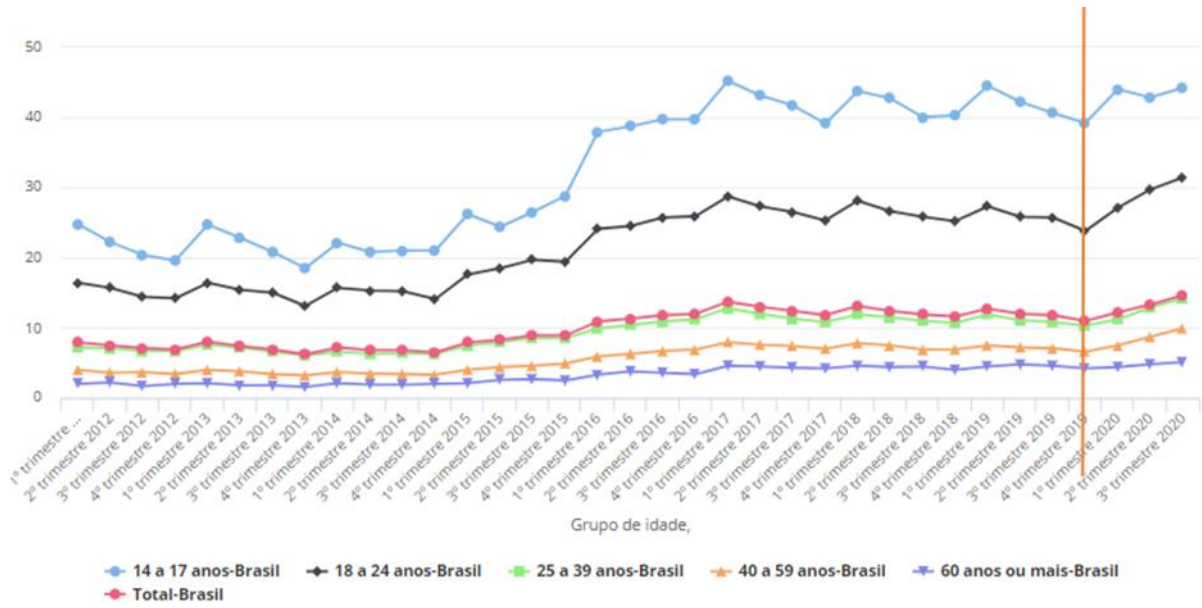
Fonte- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, 3º trimestre 2020

Com as informações apresentadas pelo IBGE em sua taxa histórica de desocupação por idade (figura 06), num estudo futuro, talvez seja possível estabelecer relações como, por exemplo, a criação do primeiro modelo da “carteira verde e amarela”, em novembro de 2019, bem como os efeitos da pandemia sobre cada um dos grupos etários.

Numa análise mais incrementada poderá ser definida qual é a faixa etária mais suscetível ao desemprego, suas implicações e apontamentos para políticas públicas específicas.

Considerando os dados apresentados na figura abaixo é possível, também, cogitar a interrelação entre os anos de estudo, que pressupõem maior qualificação, com os níveis de ocupação; bem como relacionar o tripé: idade, aposentadoria e desocupação, haja vista o conceito de desocupação adotado pelo BGE, qual seja: aquelas que não estavam trabalhando, estavam disponíveis para trabalhar e tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa. Logo, observe-se que os indivíduos em idade de se aposentarem ou já aposentados podem influenciar significativamente nos dados da pesquisa.

Figura 06 - Taxa Histórica de Desocupação por Idade (1º trimestre de 2012 a 3º trimestre de 2020)



Fonte- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, 3º trimestre 2020

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa.

Para estruturação deste trabalho, a pesquisa bibliográfica ocorreu dada a necessidade na realização de consultas a materiais já existentes acerca dos conceitos trabalhados e que alicerçaram a construção do estudo. Esta estratégia pode ser baseada em material já publicado e acessível ao público geral, tais como: livros, jornais, revistas, redes eletrônicas, entre outros (Vergara, 2000).

Nesta pesquisa, em específico, foram utilizados procedimentos de revisão sistemática de literatura (RSL) em conjunto com o modelo bibliométrico de natureza quali-quantitativa, através de dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, bibliotecas e portais eletrônicos. Qualitativa por buscar conhecer aspectos e funcionamentos das políticas públicas de trabalho, emprego e renda no país e quantitativa por investigar os estudos científicos já produzidos na área entre os anos de 2016 e 2020.

As revisões sistemáticas utilizam uma metodologia de pesquisa com alto rigor científico, tendo como objetivo minimizar o viés da literatura na medida em que é realizada uma escolha exaustiva dos textos publicados sobre o tema que se pretende analisar.

Além disso, a análise desses trabalhos contribui para o entendimento do fenômeno, enriquece a discussão do campo de conhecimento e identifica as lacunas de pesquisa (Chueke & Amatucci, 2015).

A quantificação das publicações anuais com alguma identificação temática, enfatizando os últimos 5 anos, bem como a identificação dos veículos que mais publicaram sobre o tema aqui abordado e, ainda, as áreas de conhecimento em que a temática foi abordada, haja vista a sua multidisciplinaridade, podem revelar as áreas em que o tema teve maior impacto na sociedade nos últimos anos. Assim, essas foram as principais métricas utilizadas, haja vista a pergunta que se pretende responder com o presente estudo, bem como demonstrar a lacuna científica existente, apesar da relevância social do tema.

3.2 Coleta de dados e delineamento da pesquisa.

Inicialmente a pesquisa iria utilizar materiais disponibilizados apenas na biblioteca eletrônica Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), contudo, em razão da pouca disponibilidade de materiais que continham identidade com o tema a ser estudado, optou-se por

reproduzir a pesquisa em uma segunda biblioteca eletrônica: a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e, ainda, em um portal de periódicos: o Portal de Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Embora o presente estudo aborde a temática remontando sua origem e evolução, os dados objetos de análise desta pesquisa foram localizados em artigos, teses e dissertações oriundos de periódicos científicos nacionais, tendo como parâmetro os artigos publicados no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, em razão de apresentarem dados, supostamente, mais atualizados.

3.3 Métodos de obtenção dos dados.

O estudo foi realizado por etapas.

Na etapa 1 foi realizado o Planejamento da Revisão. Essa etapa compreendeu a identificação da necessidade de uma revisão de literatura em razão da constatação da escassa disponibilidade de estudos científicos sobre o tema proposto.

Na etapa 2 foi realizada a preparação do Protocolo de Revisão. Nessa etapa foi estabelecido como critério de pesquisa e pré-seleção de artigos a utilização de duas palavras-chave, são elas: “emprego”(1) e “renda”(2) e, ainda, um conjunto de duas palavras que resultam num sentido único: “políticas públicas”(3).

Optou-se propositalmente por não fazer uso da palavra “trabalho” como critério de pesquisa, pois foi considerado se tratar de palavra extremamente genérica que traria, considerando o universo acadêmico-científico em que a pesquisa está sendo realizada, quantidade muito vasta de resultados com sentidos diversos do pretendido à pesquisa. Há que ressaltar que os critérios estabelecidos foram utilizados de forma idêntica em cada uma das bibliotecas eletrônicas, bem como no portal de periódicos, para a obtenção de dados. Contudo, como cada biblioteca e portal têm seu critério específico de delineamento de pesquisa, foram utilizados filtros diferentes na busca por dados objeto de análise do presente estudo.

Na biblioteca eletrônica Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) foram utilizados os filtros tipo de documento: artigo; idioma: português; área de conhecimento: administração; período de publicação: janeiro de 2016 a dezembro de 2020.

Na Scientific Electronic Library Online (SciELO) os dados foram pesquisados utilizando a filtragem por artigos, em português, exclusivamente relacionados à área de administração, política e economia, bem como naqueles em que não foi possível identificar a área em razão da

sua nomenclatura, ou, nos que possuíam mais de uma área de estudo, dentre eles: administração, política e economia. Foi utilizado, ainda, o filtro temporal: janeiro de 2016 a dezembro de 2020.

No Portal de Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi utilizado como filtragem o período compreendido entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, artigos revisados por pares, em português, nas áreas de negócios, renda, economia e ciência política.

Na etapa 3 do estudo foi efetivamente realizada a Revisão, no entanto, essa etapa precisou ser subdividida em fases. Na fase 1 foi realizado o levantamento dos artigos pré-selecionados nas bases de dados considerando o ano de publicação do artigo, a delimitação temporal de janeiro de 2016 a dezembro de 2020; o título e a localização da(s) palavra(s)-chave. Na fase 2 foi realizada a seleção dos artigos considerados mais relevantes para estudo. Na fase 3 foi realizada a leitura integral dos artigos selecionados. Já na fase 4 foi realizada a extração dos dados do material selecionado.

Na etapa 4 foram apresentados os Resultados onde se encontram as principais conclusões da pesquisa realizada.

Para realizar a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, que para Bardin (BARDIN, 2010, p.42) define-se como:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo de Bardin organiza-se em três etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Através dessas etapas objetiva-se descrever o conteúdo do material e interpretá-lo (BARDIN, 2010, p. 121).

A pré-análise possui o objetivo de operacionalizar e sistematizar as idéias iniciais de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas em um plano de análise, desta forma é a fase de organização do material. Inicia-se com a leitura flutuante que consiste em estabelecer contato com os documentos a serem analisados e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Posteriormente constitui-se o corpus textual, ou seja, a escolha dos documentos que irão fornecer informações sobre o tema. (BARDIN, 2010, p.121).

Após a fase de preparação inicia-se a exploração do material, a qual consiste em operações de codificação e decomposição em função dos objetivos formulados. Esta é a fase da transformação dos dados em texto e de esclarecer ao analista as características do texto que será

posteriormente interpretado. (Bardin, 2010, p. 127). Nesta fase de exploração do material que aparecem as unidades de registro, de contexto e a partir delas são determinados os temas que serão analisados. A unidade de registro corresponde ao segmento do conteúdo a ser considerada como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro, ela ajuda a compreender a significação exata da unidade de registro. (BARDIN, 2010, p.129).

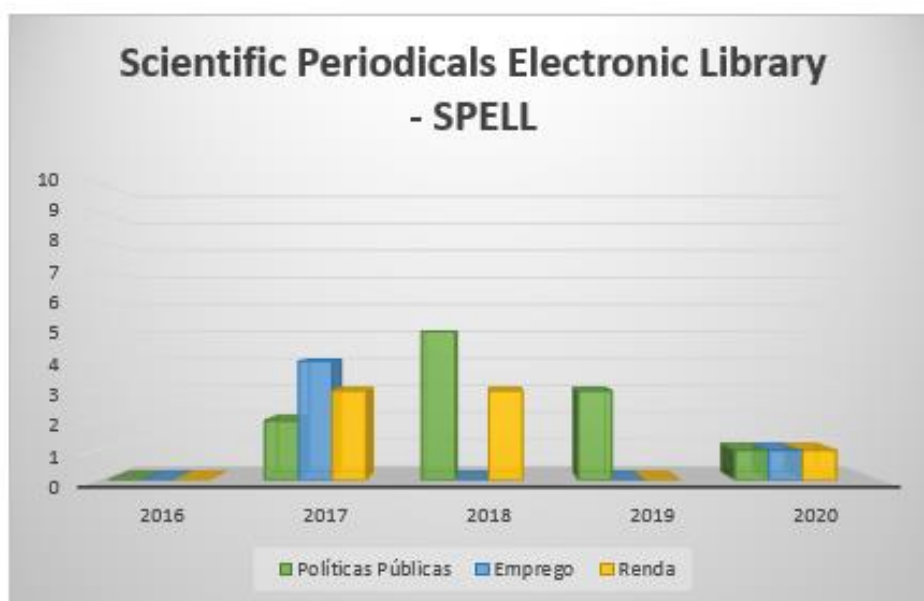
Já a análise bibliométrica, também realizada neste estudo, consistiu das análises quantitativas em diferentes aspectos, são eles: a) publicações anuais no período de 2016 a 2020 (últimos cinco anos completos) utilizando-se as mesmas duas palavras e uma expressão utilizadas na análise de conteúdo, quais sejam: “emprego”(1) “renda”(2) e “políticas públicas”(3) individualizadas nas bibliotecas eletrônicas e portal já citados; b) do resultado da análise anterior foi realizada nova análise quantitativa considerando apenas os artigos que, efetivamente, tinham identificação com o tema aqui proposto, agora não mais individualizada por veículo, mas de forma global; c) da análise global foi realizada nova análise quantitativa, agora individualizadas por ano de publicações; d) foi realizada a análise quantitativa dos resultados obtidos para, então, identificar qual foi o veículo que mais publicou sobre a temática ao longo dos últimos cinco anos (2016 a 2020) e, por fim, e) foi realizada nova análise quantitativa para identificar dentre os veículos que publicaram sobre o tema, e, que continham pertinência, qual foi a área do conhecimento que mais abordou a temática, pois em um estudo futuro mais aprofundado pode-se identificar se, de fato, a área do conhecimento que mais abordou o tema ao longo dos últimos cinco anos foi a área que mais sofreu impacto na esfera do trabalho, emprego, renda e políticas públicas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao final da segunda etapa da pesquisa, na Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), foram encontrados 142 (cento e quarenta e dois) artigos que continham pelo menos um dos critérios estabelecidos, divididos em: 20 (vinte) artigos que continham o critério (1) emprego, 46 (quarenta e seis) artigos que continham o critério (2) renda e 76 (setenta e seis) que continham o critério (3) políticas públicas.

Ao final da terceira etapa restaram apenas 23 (vinte e três) artigos que continham alguma identidade temática com o estudo proposto, sendo eles: 5 (cinco) que atendiam ao critério (1) emprego, 7 (sete) que atendiam ao critério (2) renda e 11 (onze) que atendiam ao critério (3) políticas públicas.

Gráfico 07 - Gráfico anual quantitativo de publicações com alguma identificação temática com relação ao objeto de estudo do presente trabalho localizadas na biblioteca eletrônica Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL).



Fonte: Gráfico elaborado pela graduanda através dos dados obtidos com a presente pesquisa.

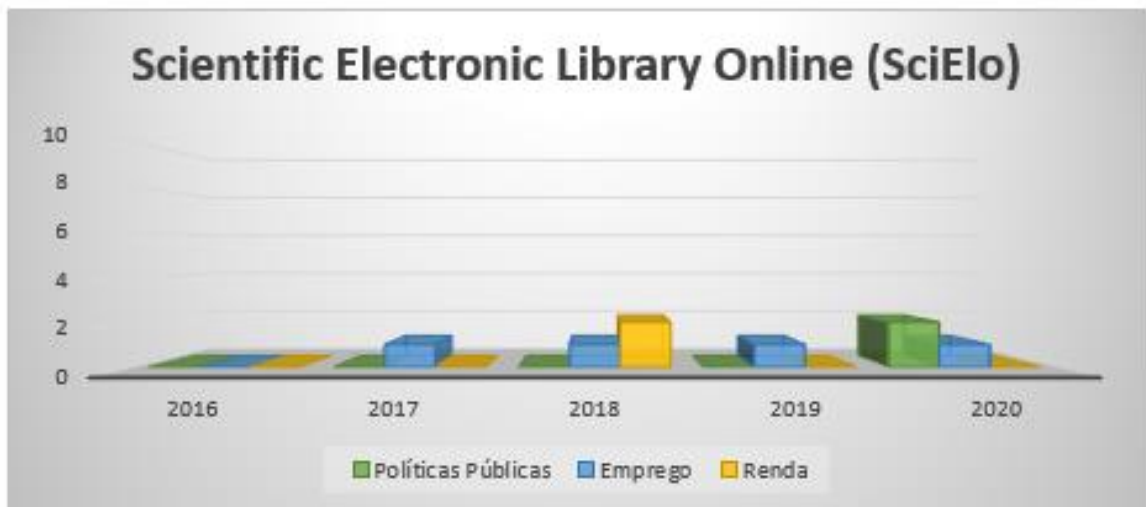
Na Scientific Electronic Library Online (SciELO) foram localizados 95 (noventa e cinco) artigos que continham os critérios 1, 2 ou 3. Desses, 30 (trinta) resultados referentes ao critério (1) emprego, 29 (vinte e nove) com o critério (2) renda e 36 (trinta e seis) que continham o critério (3) políticas públicas. Na última etapa da pesquisa restaram 10 (dez) artigos que continham relação com o tema pesquisado, sendo eles 4 (quatro) que atendiam ao critério (1) emprego, 3 (três) que atendem ao critério (2) renda e 3 (três) que atendem ao critério (3) políticas públicas.

Cabe, ainda, pontuar que os 36 (trinta e seis) artigos estabelecidos com o critério (3) políticas públicas, quase que integralmente se referiam a políticas públicas na área de educação.

Já os artigos que se enquadram no critério (2) renda, majoritariamente estavam relacionados a políticas de assistencialismo, quase sempre envolvendo o programa Bolsa Família. Em verdade, não se observou um único artigo que abordasse o assunto no sentido de obtenção de renda por intermédio de uma política de inclusão produtiva.

Por fim, resta esclarecer a existência de 3 (três) artigo aqui contabilizados, que também foram gerados enquanto resultados na busca no portal eletrônico da CAPES, reduzindo, assim, o número global de artigos selecionados de 39 (trinta e nove) para 36 (trinta e seis). São eles: Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil; Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente e, Políticas públicas de transferência de renda na América Latina.

Gráfico 08 - Gráfico anual quantitativo de publicações com alguma identificação temática com relação ao objeto de estudo do presente trabalho localizadas na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO).



Fonte: Gráfico elaborado pela graduanda através dos dados obtidos com a presente pesquisa.

No Portal de Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram identificados 603 (seiscentos e três) artigos que atendiam a, pelo menos, um dos 3 (três) critérios estabelecidos, sendo 214 (duzentos e quatorze) resultados correspondentes ao critério (1) emprego, 275 (duzentos e setenta e cinco) relacionados ao critério (2) renda e 113 (cento e treze) referentes ao critério (3) políticas públicas.

Ao final restaram 2 (dois) artigos relacionados ao critério (1) emprego, sendo que um deles também se enquadra ao critério (3) políticas públicas, 1 (um) artigo relacionado ao critério

(2) renda, que também se enquadra ao critério (1) emprego e tem seu resultado repetido e já contabilizado na biblioteca eletrônica SciELO. Além disso, 2 (dois) artigos se enquadram no critério (3) políticas públicas, sendo que um deles também se enquadra no critério (1) emprego.

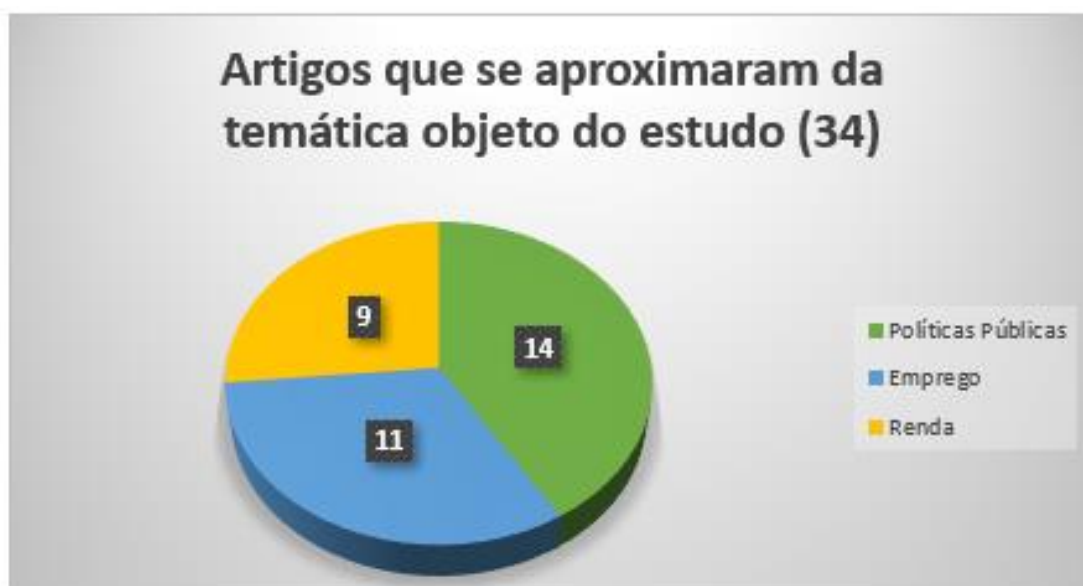
Gráfico 09 - Gráfico anual quantitativo de publicações com alguma identificação temática com relação ao objeto de estudo do presente trabalho localizadas no Portal de Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



Fonte: Gráfico elaborado pela graduanda através dos dados obtidos com a presente pesquisa.

O estudo demonstrou que, ainda que utilizando 2 (duas) bibliotecas eletrônicas e 1 (um) portal diferentes para realização da pesquisa, bem como a utilização de filtros distintos, do mês de janeiro do ano de 2016 ao mês de dezembro do ano de 2020 foram publicados 838 artigos com os critérios estabelecidos, destes, ao todo, apenas 34 artigos distintos se aproximavam da temática objeto desse estudo, uma vez que 2(dois) artigos se repetiram duas vezes nos resultados e 1(um) artigo se repetiu três vezes em diferentes bibliotecas e portal, ou, ainda, se repetiram no enquadramento de mais de um critério. Assim, resta demonstrada a lacuna existente no campo de pesquisa científica quando se trata de políticas públicas voltadas para o trabalho, o emprego e a renda. Em razão da baixa quantidade de publicações referentes a um tema tão relevante e abrangente, é possível que importantes questionamentos não tenham sido elucidados pela comunidade científica ao longo do tempo predeterminado neste estudo.

Gráfico 10 - Gráfico quantitativo total de publicações nos últimos cinco anos com identificação temática ao objeto de estudo do presente trabalho.



Fonte: Gráfico elaborado pela graduanda através dos dados obtidos com a presente pesquisa

Diante do confinamento mundial imposto pela propagação do Coronavírus as “trocas econômicas” foram severamente afetadas, desencadeando uma das mais profundas recessões em décadas, segundo o Banco Mundial, essa seria a pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial, em 1939.

Embora o resultado final ainda seja incerto, as economias mundiais já se encontram bastante retraídas. Os governos têm adotado uma política de mitigar os custos humanos e conter as perdas econômicas.

Em outubro de 2020 o Fundo Monetário Internacional – FMI, estimou para o Brasil uma retração econômica anual de 5,8%, contudo, essa estimativa tem sido bastante flutuante, o que demonstra que o futuro da economia global se encontra cada vez mais incerto.

A partir dos registros das grandes crises econômicas mundiais e nacionais é possível relacionar dados como os identificados e demonstrados ilustrativamente no gráfico abaixo. Note-se que foi nos anos de 2017, 2018 e 2020 que houve o maior número de artigos científicos publicados ligados à temática das políticas públicas de trabalho emprego e renda. Ocorre que em meados do ano de 2014 iniciou-se uma crise econômica conhecida como "a grande recessão brasileira" que levou ao recuo do produto interno bruto (PIB) e gerou alta no índice de desemprego, contudo, foi no ano de 2017 que foi registrado o auge do índice de desemprego, mais precisamente no primeiro trimestre de 2017, com uma taxa de 13,7%, o que representava 14,2 milhões de brasileiros desempregados. Já o ano de 2018 foi marcado uma recuperação

econômica muito lenta, pelo índice de desemprego ainda muito elevado e, pela alta nos índices de trabalho informal. Contudo, provavelmente, o ano de 2020 será citado historicamente em virtude da ocorrência da pandemia de covid-19 que gerou efeitos sanitários e econômicos de toda ordem em nível global.

Gráfico 11 - Gráfico quantitativo total de publicações anuais nos últimos cinco anos com identificação temática ao objeto de estudo do presente trabalho.



Fonte: Gráfico elaborado pela graduanda através dos dados obtidos com a presente pesquisa

O gráfico abaixo demonstra de forma ilustrativa a importância de alguns veículos de comunicação que têm como missão publicar estudos de qualidade acadêmica em áreas específicas contribuindo, assim, de forma valorosa a determinadas áreas do conhecimento como o caso da área do presente estudo.

A Revista de Administração Pública (RAP), publicada desde 1967 pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV EBAPE) cuja periodicidade é bimestral, foi o veículo que apresentou a maior quantidade de publicações relacionadas à temática estudada, chegando a publicar mais do que o dobro do número de artigos do segundo veículo, a Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, e, do que o terceiro veículo, o Cadernos EBAPE.BR, nominados na relação.

Gráfico 12 - Gráfico demonstrativo do veículo com maior quantidade de publicações de artigos científicos nos últimos cinco anos (2016 a 2020) ligados à temática objeto do presente estudo.



Fonte: Gráfico elaborado pela graduanda através dos dados obtidos com a presente pesquisa

A relevância do objeto de estudo do presente trabalho fica evidenciada na abordagem multidisciplinar em que o tema é encontrado em diferentes veículos de publicação científica.

Conforme foi possível identificar empiricamente ao longo de toda a extensão de pesquisa, bem como em dados estatísticos resultantes da pesquisa realizada, dados esses que geraram o gráfico ilustrativo abaixo, a temática estudada, em sentido estrito ou amplo, impacta e gera diferentes efeitos nas mais diversas áreas do conhecimento, desde a área ambiental até a mais notória área de administração e ciência política e social.

As crises econômico-financeiras geram grandes desafios que ecoam nos mais diversos setores da sociedade. Ao longo do estudo foi possível fazer o apontamento de algumas dessas crises que explicariam determinados comportamentos e resultados no campo das políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Contudo, a ausência de estudos científicos mais aprofundados aliados à importância e relevância da temática trazem à tona outros questionamentos significativos a serem respondidos como, por exemplo, o porquê dessas lacunas científicas, em especial, na área de pesquisa de administração e administração pública,

uma vez que até áreas como a de gestão ambiental, conforme demonstra o gráfico abaixo, se debruçaram sobre o assunto.

Gráfico 13 - Gráfico ilustrativo do quantitativo de publicações por áreas de conhecimento, dentre os veículos pesquisados, com identificação temática ao objeto de estudo do presente trabalho, referentes aos últimos cinco anos completos (2016/2020).



Fonte: Gráfico elaborado pela graduanda através dos dados obtidos com a presente pesquisa

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Ao longo deste estudo surgiram muitos aspectos que se revelam lacunares e que trariam grande aprofundamento e contribuição à temática das políticas públicas nas relações de trabalho, emprego e renda, quando oriundas de um estudo científico específico e detalhado.

Algumas questões objetivas demandam por respostas conclusivas e, portando, na ausência dessas, conclui-se que é altamente recomendável que tais questões venham a ser objetos de estudos futuros.

Um dos principais hiatos identificados ao longo da pesquisa e que este estudo não foi capaz de responder, por conseguinte é fortemente recomendado que se realize um estudo futuro, foi por que uma temática altamente presente no cotidiano social e oriunda de fontes multidisciplinares foi tão pouco estudada ao longo de décadas?

A partir do ano de 2019, com a eclosão da pandemia de Covid-19, questões mais contemporâneas passaram a demandar respostas para eventos observados, tais como: Quais foram os fenômenos que contribuíram para o surgimento ou reconhecimento de categorias de trabalhadores como os subutilizados, os subocupados e os desalentados? Quais serão as possíveis consequências da Pandemia de Covid-19 às gerações futuras de trabalhadores? Quais serão as inferências futuras nas agendas de políticas públicas a partir das recentes alterações legislativas na esfera trabalhista e de distribuição de renda?

Outros estudos futuros investigativos poderiam, ainda, a partir de questões para as quais, hoje, não temos respostas ajudar a construir um cenário mais favorável e igualitário no que tange a políticas públicas de trabalho, emprego e renda, são elas: Quais seriam as soluções possíveis para a crise econômica causada pela pandemia aos integrantes de classes mais pobres? As atuais políticas públicas de trabalho, emprego e renda praticadas poderão influenciar na desigualdade social já existente e observada? Quais seriam os métodos de distribuição de renda mais eficazes para atender a população mais vulnerável? Como irão se estabelecer as futuras relações de trabalho e emprego após a pandemia de Covid-19? As atuais políticas públicas de distribuição assistencialista de renda poderão vir a gerar algum grau de dependência entre a população em faixa etária com capacidade de força de trabalho?

Estudos futuros poderiam, ainda, investigar qual o impacto da postura negacionista adotada pelo atual governo quanto à gravidade dos efeitos da pandemia de Covid-19 em relação às futuras políticas públicas de trabalho emprego e renda. Poderiam responder como o atual cenário pode influenciar futuramente na tomada de decisão de agentes políticos. As políticas

públicas terão alguma ressignificação no período pós-pandêmico ou manterão os mesmos pilares?

Por todos os questionamentos possíveis, além dos aqui meramente exemplificados, seria insensato apresentar qualquer ideia conclusiva diversa da que ainda há muito a se pesquisar sobre a temática.

Ao longo do estudo foram identificados hiatos históricos que certamente contribuiriam para o entendimento do atual cenário, bem como com a construção de um cenário diverso no campo de políticas públicas ligadas ao trabalho, ao emprego e à renda, caso tivessem sido objeto de estudos científicos pretéritos.

Assim, pode-se afirmar que o presente trabalho cumpriu com as funções a que se propôs, que era o de alertar sobre a relevância da temática, bem como sobre a necessidade de se aprofundar os estudos dos fenômenos que a compõem, a fim de se contribuir com a edificação de um horizonte mais promissor em que as políticas públicas não só respondam à altura às demandas advindas de novas crises, mas que se antecipem a elas, que produzam resultados eficientes e eficazes minimizando as consequências que afetem o trabalho, o emprego e a renda de cada um dos indivíduos que integram a nossa sociedade.

Por fim, cabe considerar que o presente estudo foi elaborado nos anos de 2019 e 2020 para apresentação dos dados analisados no ano de 2021. Como já era previsto, face as transições de toda ordem a qual estamos sendo submetidos em razão das atuais condições sanitárias mundiais (pandemia), o ano de 2021, ainda inacabado, nos trouxe importantes alterações, também, no campo de políticas públicas de trabalho emprego e renda. Embora as recentes alterações não sejam objeto de análise desta pesquisa, em tempo, se faz imperioso salientar que uma das políticas públicas mais importantes e abrangentes da história recente brasileira, o programa denominado "Auxílio Emergencial" (item 2.4) foi sumariamente extinto, fazendo com que milhões de brasileiros voltassem à margem da miséria econômica. Apesar de o Programa ter sido considerado um sucesso, não apenas no que tange à distribuição de renda, mas, também, por ter dado visibilidade a inúmeros brasileiros não alcançados por nenhum tipo de política pública e, embora esses fatos tenham sido motivo de promessas governamentais de viabilização de políticas futuras ainda mais inclusivas, o que se pode observar até o presente é que as recentes decisões tomadas por agentes políticos foram de encontro com suas promessas. Outra importante alteração realizada pelo governo presente foi a, também, extinção do "Programa Bolsa Família" (item 2.4) instituído no ano de 2003 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pertencente a partido político opositor ao atual governo, programa que por décadas

foi reconhecido, inclusive por organismos internacionais, como o programa assistencialista mais importante do país. Diversamente do programa "Auxílio Emergencial" que não foi substituído por nenhum outro programa, o programa "Bolsa Família" foi substituído pelo programa denominado "Auxílio Brasil" com a promessa de reajuste dos valores pagos pelo programa sucessor, mas que também traz novas regras para inclusão e manutenção de assistidos e, nesse aspecto, de acordo com as novas regras impostas, a previsão é que outros milhares de brasileiros sejam excluídos do Programa, ficando sem nenhum tipo de renda. Pelo exposto, as recentes alterações trazem novos e importantes impactos nas políticas públicas, sobretudo, de renda; assim como nos trazem novos e vastos questionamentos acerca do futuro dos brasileiros desassistidos pelos programas que foram extintos. Em continuidade ao estudo aqui iniciado seria altamente relevante buscar entender, através de dados científicos, o motivo pelo qual decisões contrárias aos interesses da população menos favorecida e, que deveria ser a principal destinatária de políticas inclusivas, estão sendo tomadas pelos agentes políticos em um momento histórico de tamanha fragilidade econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, A. X.; CARNEIRO, P. S. P. Z.; SOUZA, W. N.; CUNHA, D. A.; SOUZA, B. J.; RIBEIRO, E. M.; TEIXEIRA, R. D. B. L. **Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Um Estudo de Caso no Território Rural São Mateus em Minas Gerais**. Desenvolvimento em Questão, v. 17, n. 46, p. 143-162, 2019. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/52787/politicas-publicas-e-agricultura-familiar--um-estudo-de-caso-no-territorio-rural-sao-mateus-em-minas-gerais/i/pt-br>>. Acesso em: 05.12.2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa, 2010. 281 p.
- BRASIL. **Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm#:~:text=Constitui%C3%A7%C3%A3o34&text=Art%201%C2%BA%20%2D%20A%20Na%C3%A7%C3%A3o%20brasileira,15%20de%20novembro%20de%201889.>. Acesso em 28 jul.2021.
- BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. **Agenda Governamental Brasileira: Uma Análise da Capacidade e Diversidade nas Prioridades em Políticas Públicas no Período de 2003 a 2014**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 24, n. 78, p. 1-22, 2019. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/53668/agenda-governamental-brasileira--uma->

analise-da-capacidade-e-diversidade-nas-prioridades-em-politicas-publicas-no-periodo-de-2003-a-2014-/i/pt-br>. Acesso em 05.12.2020.

CASTRO, J. C.; FERREIRA, M. O.; COSTA, M. F. **Estratégias de Políticas Públicas para Redução da Informalidade no Setor de Confecções: Aplicação do Método de Análise Hierárquica**. Future Studies Research Journal: Trends and Strategies, v. 11, n. 2, p. 176-196, 2019. Disponível em:< <http://www.spell.org.br/documentos/ver/53753/estrategias-de-politicas-publicas-para-reducao-da-informalidade-no-setor-de-confecoes--aplicacao-do-metodo-de-analise-hierarquica/i/pt-br>>. Acesso em:05.12.2020.

Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 28 jul.2021

CHIODI, R. E.; MARQUES, P. E. M. **Multifuncionalidade da Agricultura e Serviços Ambientais: Aproximações e Distanciamentos como Referenciais de Políticas Públicas**. Desenvolvimento em Questão, v. 16, n. 45, p. 214-232, 2018. Disponível em:< <http://www.spell.org.br/documentos/ver/51444/multifuncionalidade-da-agricultura-e-servicos-ambientais--aproximacoes-e-distanciamentos-como-referenciais-de-politicas-publicas/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **InternexT - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.

COSTA, Simone da Silva. **Pandemia e Desemprego no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 4, p. 969-978, Agosto 2020. Disponível em<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/59141/pandemia-e-desemprego-no-brasil>>. Acesso em 05.12.2020

COSTA, Márcia da Silva. **Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 115-131, Mar. 2017 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07.12.2020.

COSTA, Rayssa Alexandre et al . **Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e na renda dos trabalhadores rurais**. Nova econ., Belo Horizonte , v. 28, n. 2, p. 385-416, Aug. 2018 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512018000200385&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07.12.2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DE CAMPOS, P. H. O.; Lílian Perdigão. **Políticas Públicas de Trabalho Destinadas aos Jovens em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica: Produção Acadêmica em Periódicos brasileiros Entre 2004 e 2019**. Revista Temas em Educação, v. 29, n. 1, 30 abr. 2020. Site <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/49059>. Acesso em 07.12.2020.

DIREITO, Denise do Carmo; Natalia Massaco Koga. **Instrumentos e integração de políticas públicas: a rede do Cadastro Único.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 54, n. 5, p. 1286-1306, Oct. 2020 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000501286&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07.12.2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. R.; SOUZA, S. C. I.; MAIA, K. **Determinantes e Probabilidades do Primeiro Emprego: Uma Abordagem da Demanda das Empresas em Santa Catarina.** Revista de Ciências da Administração, v. 19, n. 48, p. 24-37, 2017. Disponível em:< <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48326/determinantes-e-probabilidades-do-primeiro-emprego-uma-abordagem-da-demanda-das-empresas-em-santa-catarina/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

GONDIM, M. D.; ROSA, M. P.; PIMENTA, M. M. **Crise versus Empreendedorismo: Microempreendedor Individual (MEI) como Alternativa para o Desemprego na Região Petrolífera da Bacia de Campos e Regiões Circunvizinhas.** Pensar Contábil, v. 19, n. 70, p. 34-43, 2017. Disponível em:< <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48858/crise-versus-empreendedorismo-microempreendedor-individual-mei-como-alternativa-para-o-desemprego-na-regiao-petrolifera-da-bacia-de-campos-e-regioes-circunvizinhas-i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

GONZALEZ, Lauro et al . **Moedas complementares digitais e políticas públicas durante a crise da COVID-19.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 54, n. 4, p. 1146-1160, Aug. 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000401146&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Dec. 2020. Epub Aug 28, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200234>.

GUARDABASSIO, E. V.; PEREIRA, R. S.; AMORIM, W. A. C. **Geração de Trabalho e Renda por Meio do Cooperativismo Job Creation and Income for Cooperative Middle.** Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 6, n. 1, p. 40-54, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45318/geracao-de-trabalho-e-renda-por-meio-do-cooperativismo-job-creation-and-income-for-cooperative-middle/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

KREIN, José Dari. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista.** Tempo soc., São Paulo , v. 30, n. 1, p. 77-104, Apr. 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000100077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07.12.2020.

LIMA, M. A. M. **Desenvolvimento Econômico Local (DEL) e Políticas Públicas (PPs): Fundamentos e Agenda para o Setor de Varejo no Brasil.** Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 5, n. 1, p. 29-43, 2020. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/57911/desenvolvimento-economico-local-del-e-politicas-publicas-pps-fundamentos-e-agenda-para-o-setor-de-varejo-no-brasil-i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. **TRABALHO DIGITAL E EMPREGO: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade**. Cafajeste. CRH , Salvador, v. 32, n. 86, pág. 325-342, agosto de 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000200325&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07.12.2020.

LOPES, T. C. O.; BENINI, E. G.; GOMES, D. P. **Políticas Públicas para as Micros e Pequenas Empresas: Quais Efeitos uma Universidade Pública Pode Esperar?** . Desafio Online, v. 6, n. 3, p. 431-455, 2018. Disponível em:<
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/51847/politicas-publicas-para-as-micros-e-pequenas-empresas--quais-efeitos-uma-universidade-publica-pode-esperar--/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

MELO, J. S.; VALE, G. M. V.; CORRÊA, V. S. **Sobrevivência e Mortalidade das Atividades Produtivas no Segmento de Baixa Renda**. REAd. Revista Eletrônica de Administração, v. 24, n. 3,130-154, 2018. Disponível em <
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/51905/sobrevivencia-e-mortalidade-das-atividades-produtivas-no-segmento-de-baixa-renda/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

MORAES SOBRINHO, J.; HELAL, D. H. **A Implementação de Políticas Públicas Voltadas a Atividades Artesanais: Análise do Programa de Artesanato da Paraíba**. Organizações & Sociedade, v. 24, n. 80, p. 115-134, 2017. Disponível em:<
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/44203/a-implementacao-de-politicas-publicas-voltadas-a-atividades-artesanais--analise-do-programa-de-artesanato-da-paraiba/i/pt-br>>. Acesso em: 05.12.2020.

MYSZCZUK, A. P.; SOUZA, A. **O Setor Elétrico Brasileiro e Alguns Conflitos Entre as Políticas Públicas de Proteção ao Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico**. Desenvolvimento em Questão, v. 16, n. 43, p. 200-233, 2018. Disponível em:<
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/49637/o-setor-eletrico-brasileiro-e-alguns-conflitos-entre-as-politicas-publicas-de-protecao-ao-meio-ambiente-e-de-desenvolvimento-economico-i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

NERI, M. **Uma próxima geração de programas de transferência de renda condicionada**. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 2, p. 168-181, 2017. Disponível em:<
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45281/uma-proxima-geracao-de-programas-de-transferencia-de-renda-condicionada-i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

NUNES, Maisa Bruna de Almeida ; Fernandez, Cristiane Bonfim. **Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil**. Revista Katálysis, 01 June 2016, Vol.19(1), pp.64-72 [Periódico revisado por pares]. Site
<https://doaj.org/article/5c87c3494d6e4da794abcbf94549c0d3>. Acesso em 07.12.2020.

PASE, Hemerson Luiz; MELO, Claudio Corbo. **Políticas públicas de transferência de renda na América Latina**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 51, n. 2, p. 312-329, Mar. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000200312&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07.12.2020.

RODRIGUES, B. D. S.; SIMÃO, F. C.; PETRY, J. F. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar no Interior do Estado do Amazonas.** Revista de Gestão e Secretariado, v. 9, n. 1, p. 208-235, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/49580/politicas-publicas-para-agricultura-familiar-no-interior-do-estado-do-amazonas/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

SABOIA, João; HALLAK NETO, João. **Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000***. Econ. soc., Campinas, v. 27, n. 1, p. 265-285, Apr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182018000100265&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07.12.2020.

SANTANA, L. K. A.; DOURADO, D. C. P. **A criação dos Programas de Transferência de Renda e a Precarização do Trabalho no Século XXI: A Emancipação dos Beneficiários do Programa Bolsa Família é Possível?.** Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 3, n. 2, p. 125-151, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/52196/a-criacao-dos-programas-de-transferencia-de-renda-e-a-precarizacao-do-trabalho-no-seculo-xxi--a-emancipacao-dos-beneficiarios-do-programa-bolsa-familia-e-possivel--/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

SANTOS, D. B.; LEICHSENDRING, A. R.; MENEZES FILHO, N.; MENDES-DA-SILVA, W. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Duração do Emprego Formal dos Indivíduos de Baixa Renda.** Revista de Administração Pública, v. 51, n. 5, p. 708-733, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/47263/os-efeitos-do-programa-bolsa-familia-sobre-a-duracao-do-emprego-formal-dos-individuos-de-baixa-renda/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; RIBEIRO, M. M.; PINTO, F. L. B. **Administração Política e Políticas Públicas: Em Busca de uma Nova Abordagem Teórico-Metodológica para a (Re)Interpretação das Relações Sociais de Produção, Circulação e Distribuição.** Cadernos EBAPE.BR, v. 15, n. 4, p. 939-959, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/48361/administracao-politica-e-politicas-publicas--em-busca-de-uma-nova-abordagem-teorico-metodologica-para-a--re-interpretacao-das-relacoes-sociais-de-producao--circulacao-e-distribuicao/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

SANTOS, T. F. R. D. **Reflexões sobre as Políticas Públicas Voltadas aos (às) Catadores (as) de Materiais Recicláveis no Estado da Paraíba: Entre as Diretrizes Nacionais e a Implementação Local.** Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 3, n. 1, p. 206-229, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/50375/reflexoes-sobre-as-politicas-publicas-voltadas-aos--as--catadores--as--de-materiais-reciclaveis-no-estado-da-paraiba--entre-as-diretrizes-nacionais-e-a-implementacao-local--/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

SOUSA, W. T.; SANTOS, V. S. **Empregos Verdes Relacionados com o Micro Empreendedor Individual (MEI): Um Estudo no Comércio Varejista.** Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 7, n. 1, p. 82-101, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45614/empregos-verdes-relacionados-com-o-micro-empendedor-individual--mei---um-estudo-no-comercio-varejista/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

SOUZA, Marcelo Alvares de. **O colapso das políticas de emprego no Brasil: causas e perspectivas.** *Revista de Ciências Sociais*, nº44, Janeiro/Junho de 2016, p.283-298. <file:///C:/Users/dralu/Downloads/2465-574-PB.html>. Acesso em 07.12.2020.

TEMOTEO, J. A. G.; BRANDÃO, J. M. F.; CRISPIM, M. C. **Turismo e Sustentabilidade em Unidades de Conservação: Um Estudo sobre as Alternativas de Emprego e Renda na Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape-PB.** *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 7, n. 1, p. 43-61, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/49555/turismo-e-sustentabilidade-em-unidades-de-conservacao--um-estudo-sobre-as-alternativas-de-emprego-e-renda-na-area-de-protecao-ambiental-da-barra-do-rio-mamanguape-pb-/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

VIANA, F. D. F.; BRAGA, F. L. P.; NASCIMENTO, A. L. M.; NAZARENO, M. C. M. **Turismo nas Cidades Históricas de Minas Gerais: Uma Análise para a Variável Emprego e Renda por meio do Método Diferencial-Estrutural.** *Gestão & Regionalidade*, v. 36, n. 107, p. 154-173, 2020. Disponível em:<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/56037/turismo-nas-cidades-historicas-de-minas-gerais--uma-analise-para-a-variavel-emprego-e-renda-por-meio-do-metodo-diferencial-estrutural/i/pt-br>>. Acesso em 05.12.2020.

<http://www.tst.jus.br/documents/18640430/24359788/Movimenta%C3%A7%C3%A3o+Processual+T+RT+2020.pdf/0d016fc0-c661-e241-853e-bf19abf7b5b3?t=1587559598766>. Acesso em 10.02.2021

<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/oito-fatos-sobre-o-auxilio-emergencial-do-governo-federal>. Acesso em 15.02.2021

https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_764677/lang--pt/index.htm. **COVID-19 deixa um rastro de alto desemprego, inatividade e empregos precários na América Latina e no Caribe** Acesso em 07.03.2021